

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



LETÍCIA SOUZA REIS

**CONCEPÇÕES SOBRE TRABALHO, PROCESSO SAÚDE-DOENÇA E
AMBIENTE PARA AGRICULTORAS DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO**

MANAUS- AM
2023

LETÍCIA SOUZA REIS

**CONCEPÇÕES SOBRE TRABALHO, PROCESSO SAÚDE-DOENÇA E
AMBIENTE PARA AGRICULTORAS DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia na Linha de pesquisa Processos Psicossociais.

Orientadora: Dr.^a Socorro de Fátima Moraes Nina

Coorientadora: Dr.^a Ana Cláudia Leal Vasconcelos

**MANAUS- AM
2023**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R375c Reis, Letícia Souza
Concepções sobre trabalho, processo saúde-doença e ambiente para agricultoras da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro / Letícia Souza Reis . 2023
98 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Socorro de Fátima Moraes Nina
Coorientadora: Ana Cláudia Leal Vasconcelos
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Agricultura. 2. Amazônia. 3. Mulher. 4. Saúde. 5. Trabalho. I. Nina, Socorro de Fátima Moraes. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

FOLHA DE APROVAÇÃO

LETÍCIA SOUZA REIS

**CONCEPÇÕES SOBRE TRABALHO, PROCESSO SAÚDE-DOENÇA E
AMBIENTE PARA AGRICULTORAS DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia na Linha de pesquisa Processos Psicossociais.

Aprovada em: 07/02/2023

Banca Examinadora:

Professora Dr^a. Socorro de Fátima Moraes Nina
Presidente da Banca – UFAM

Professora Dr. Marcelo Gustavo Aguilar Calegare
Membro Interno – UFAM

Professor Dr^a. Yldry Souza Ramos Queiroz Pessoa
Membro Externo – UFMA

**MANAUS-AM
2023**

Dedico a minha avó, Raimunda Nogueira dos
Reis, nascida e criada às margens do Rio
Manicoré. Sem dúvida, um dos meus maiores
exemplos de mulher (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço à espiritualidade que me guia, ilumina, protege e abençoa desde sempre.

Ao meu pai e minha mãe, que trabalharam muito para proporcionar o melhor para mim e para minha irmã, e sempre incentivaram, com amor e carinho, nosso crescimento pessoal, acadêmico e profissional. À Larissa, que além de ser minha irmã mais velha, é uma amiga que torce e vibra a cada conquista minha. É uma honra poder compartilhar esta vida com vocês!

Ao meu namorado, Lucas, a quem tenho profunda admiração como pessoa e como pesquisador. Mesmo diante de uma enfermidade durante o meu mestrado e no fim do seu doutorado, manteve a tranquilidade, o bom humor e seguiu amparando meus anseios com muita paciência, amor e carinho. Você sempre me inspira e incentiva a alçar voos mais altos.

Às agricultoras, mulheres fortes e inspiradoras, que aceitaram participar da pesquisa. Vocês despertaram em mim mais orgulho de ser uma mulher amazonense. Espero que este trabalho possa contribuir para que tenham o reconhecimento que merecem.

À minha orientadora, Prof.^a Socorro Nina, que é uma pessoa iluminada. Sua gentileza e espontaneidade encantam. Grata pelas ricas orientações, por ter me acompanhado em todos os campos, por sempre ter paciência para explicar e ensinar tudo, e por ter sido empática e compreensiva nos momentos difíceis que precisei me ausentar. Seu companheirismo foi fundamental e tornou a jornada mais leve.

À minha coorientadora, Prof.^a Ana Cláudia Leal Vasconcelos e Prof.^a Taciana Lemos Barbosa, que auxiliaram em vários momentos e enriqueceram as discussões com os seus conhecimentos. Aos acadêmicos de medicina da Universidade do Estado do Amazonas, Sérgio de Luna, Beatriz Reis e Matheus Ninuma. Torço pelo sucesso pessoal e profissional de cada um.

A toda equipe do Hotel Evolução Ecolodge, que sempre nos recebeu com muito carinho. Seu “Praia”, Gleice, “Scooby”, Seu Antônio, Sérgio e, especialmente, aos donos do hotel, Dona Ana e Seu Alexandre, que disponibilizaram alimentação, transporte e estadia gratuitamente durante o trabalho de campo.

Aos meus amigos e amigas de longa data que sempre me apoiaram, torceram e compreenderam as minhas ausências durante o mestrado.

Aos colegas da turma de mestrado, a turma das “Remadas Epistemológicas” que, mesmo diante das aulas remotas em virtude da pandemia, sempre estiveram disponíveis para ajudar uns aos outros. Vocês me fortaleceram e renderam boas risadas ao longo da trajetória.

Por fim, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pela concessão da bolsa de estudos e das diárias de campo.

*Na terra molhada uma casa de palha
Uma doce cabocla na beira do rio
Cabocla Amazônica*

*Mulher que não verga aos desafios
Artesã de paneiros
Cuias cestas e tipitis*

*Mãos de escultora
Faz vinho de taperebá
Bacaba, cupu e açaí
Na ponte lava a roupa
De olho nos curumins*

*Paneiro na costa no rumo da roça
É preciso cultivar a terra molhada
Pra fazer farinha, caribé, tapioca*

*O Sol e o vento aflagam sua face suada
Quando estende a Malva no varal
E cuida do peixe no giral*

*Ainda há tempo pra sonhar
E ao lado do amado remar
Remar, remar, remar, remar
Vestir a camisa encarnada
E brincar de boi-bumbá
Depois louvar a padroeira
E voltar a remar e remar*

(Cabocla amazônica, Boi Garantido)

RESUMO

O modo de vida das mulheres no meio rural é fortemente influenciado pelas características do lugar onde vivem e interfere na produção e reprodução social, que são predominantemente relacionados com a terra, a floresta e as águas. Portanto, abordar sobre a situação de trabalho, processo saúde-doença e ambiente dessas mulheres torna-se desafiador, visto que os dados oficiais não estão desagregados pelo lugar de moradia ou os espaços de trabalho. Considerando a complexidade de fatores que incidem sobre os modos de vida das mulheres rurais, buscou-se compreender as concepções sobre trabalho, processo saúde-doença e ambiente para agricultoras familiares que habitam na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro, no estado do Amazonas. Baseando-se nas características da abordagem qualitativa, foi utilizado como instrumento o levantamento documental e bibliográfico, entrevistas semiestruturadas, bem como observação participante e diários de campo para auxiliar nas informações referentes à vida cotidiana e caracterização do local. A análise das informações obtidas foi feita de acordo com a Análise Categrorial Temática. Para realizar ações contextualizadas, favorecendo o acesso das agricultoras ao papel de fala, a Psicossociologia foi escolhida como aporte teórico-metodológico. Sobre as questões de trabalho, identificamos que este representa a saúde e a autonomia dessas agricultoras que, embora reconheçam a importância do trabalho para si e para a comunidade, necessitam de mais reconhecimento e fomento por parte da sociedade e do governo. Quanto ao processo saúde-doença, a saúde foi compreendida como ausência de doença e a possibilidade de trabalhar diariamente. Para lidar com as enfermidades que surgem no cotidiano, as agricultoras recorrem frequentemente aos conhecimentos da medicina tradicional amazônica. O apego às tradições de cura nativas e a confiança depositada nos saberes e práticas não são influenciados apenas por elementos da cultura ancestral, como também são alternativas à carência de serviços públicos de saúde na localidade. Sobre os acidentes de trabalho na agricultura, os acidentes com animais peçonhentos e com objetos cortantes fazem parte do cotidiano de trabalho das mulheres. Quanto à relação que as agricultoras familiares estabelecem com o ambiente, foi constatado que a natureza é vista como fonte de vida e subsistência, demonstrando também a relação de apego e afeto com a terra, a floresta e as águas. O lugar da RDS do Rio Negro não só satisfaz as necessidades, como tem um significado a nível simbólico que está relacionado às identidades dessas agricultoras familiares, assim como desperta sentimentos de segurança e bem estar. O trabalho, que é gerador de autonomia, saúde e doença, está situado em um lugar que interfere significativamente nos modos de vida das agricultoras. Sendo assim, o trabalho na agricultura familiar, o processo saúde-doença e o ambiente estão intrinsecamente relacionados.

Palavras-chave: Agricultura. Amazônia. Mulher. Saúde. Trabalho.

ABSTRACT

The way of life for women in rural areas is strongly influenced by the characteristics of the place where they live, impacting social production and reproduction, predominantly linked to the land, forest, and waters. Therefore, addressing the work situation, health-disease process, and environment of these women becomes challenging, as official data are not disaggregated by place of residence or workspaces. Considering the complexity of factors influencing the lifestyles of rural women, efforts were made to understand the conceptions of work, health-disease process, and environment for family farmers residing in the Rio Negro Sustainable Development Reserve (RDS) in the state of Amazonas. Based on the qualitative approach, documentary and bibliographic surveys, semi-structured interviews, participant observation, and field diaries were employed as instruments to gather information on daily life and site characterization. The obtained information was analyzed using Thematic Categorical Analysis. To carry out contextualized actions, favoring the farmers' access to the speaking role, Psychosociology was chosen as the theoretical-methodological framework. Concerning work issues, it was identified that work represents the health and autonomy of these farmers, who, despite recognizing the importance of work for themselves and the community, require more recognition and support from society and the government. Regarding the health-disease process, health was understood as the absence of disease and the possibility of working daily. To deal with everyday illnesses, farmers frequently resort to the knowledge of traditional Amazonian medicine. Attachment to native healing traditions and trust in knowledge and practices are influenced not only by elements of ancestral culture but also serve as alternatives to the lack of public health services in the locality. Regarding occupational accidents in agriculture, encounters with venomous animals and sharp objects are part of the daily work routine for women. Concerning the relationship that family farmers establish with the environment, it was observed that nature is seen as a source of life and subsistence, also demonstrating an attachment and affectionate relationship with the land, forest, and waters. The location of the Rio Negro RDS not only meets needs but also holds a symbolic meaning related to the identities of these family farmers, arousing feelings of security and well-being. Work, as a generator of autonomy, health, and disease, is situated in a place that significantly influences the lifestyles of farmers. Thus, work in family farming, the health-disease process, and the environment are intrinsically linked.

Keywords: Agriculture. Amazon. Women. Health. Work.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. TRABALHO, SAÚDE-DOENÇA E AMBIENTE DE AGRICULTORAS FAMILIARES NA AMAZÔNIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	17
Introdução	18
Metodologia	19
Resultados e discussões	20
Considerações finais	33
3. PERCURSO METODOLÓGICO	34
3.1 Psicossociologia como aporte teórico-metodológico	35
3.2 Instrumentos da pesquisa	36
3.2.1 Levantamento bibliográfico e documental	36
3.2.2 Tecendo a fala das agricultoras por meio de entrevistas	37
3.2.3 Observação participante e diário de campo.....	37
3.3 Local da pesquisa	38
3.4 Procedimentos e desafios para realização da pesquisa na RDS do Rio Negro	40
3.5 Participantes da pesquisa	42
3.6 Método de análise	42
3.7 Princípios éticos	43
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	45
4.1 A complexidade e os significados do trabalho para as agricultoras	46
4.2 Contexto e processo saúde-doença das agricultoras	55
4.3 Relação das agricultoras com o ambiente	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	92
ANEXO A- Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.....	98



Figura 1. Ramal da Prainha (que dá acesso à RDS do Rio Negro) na cheia (Foto da autora).

1. INTRODUÇÃO

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é uma categoria de Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável que abriga populações tradicionais e visa contribuir para a proteção da natureza e a manutenção da diversidade biológica por meio da preservação e uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000). Para Calegare e Higuchi (2013), falar em Unidade de Conservação requer pensar espaço e lugar não só como localidade geográfica, mas também como arena de acontecimentos sociais. Os rios na Amazônia são referenciais importantes, visto que caracterizam a localidade e as identidades das pessoas que nele estão inseridas. À margem desses rios e seus afluentes, existem inúmeras comunidades que tem seus modos e meios de vida permeados pela agricultura e o extrativismo de recursos naturais (CALEGARE; HIGUCHI, 2013).

Considerando esse contexto socioespacial onde as pessoas constituem saberes a respeito da natureza e manifestam processos socioculturais distintos, que são compartilhados coletivamente (CALEGARE; HIGUCHI, 2013), buscamos compreender as concepções sobre trabalho, processo saúde-doença e ambiente para agricultoras familiares que habitam na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro, localizada no município de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão, no estado do Amazonas. No Amazonas, não é costume popular se referir à zona não urbana como “zona rural”. A referência popular comumente utilizada na região compreende o espaço fora de Manaus como “interior”. Nos discursos acadêmicos e governamentais, é comum encontrar a designação “comunidades rurais” ou “comunidades ribeirinhas” para denominar comunidades no interior do estado. Sendo assim, notamos que a denominação dada depende, portanto, do ponto de vista adotado (CALEGARE; HIGUCHI, 2013).

No imaginário contemporâneo, muitas concepções sobre a zona rural/campo são encontradas e, cada uma delas perpassa pela história econômica, política e social do país. Tais concepções podem ser divididas em duas categorias: a primeira, marcada pela negação do espaço rural, percebendo-o como um lugar atrasado, inferior e arcaico, que reforça a ideia de que a industrialização desses espaços é o caminho do progresso, percebendo o rural exclusivamente do ponto de vista agrário e relacionando-o ao trabalho penoso e à extensa produção material (RUA, 2006; RATIER, 2002); e a segunda categoria, que percebe o campo como um espaço social de construção de vivências, criação e transformação, não se restringindo à delimitação territorial geográfica e buscando compreender o rural com seus significados e

simbolismos, entendendo que o campo é permeado pela diversidade e que se encontra em infinita interação (MARTINS, 2010).

O rural conforma configurações novas que assinalam múltiplas e complexas formas de trabalho, assim como o urbano contém processos e ações que são considerados rurais. Sendo assim, não há uma separação entre o rural e o urbano, pois estes estão imbricados e, à medida que se separam, também se complementam. O rural e o urbano expressam valores e modos de vida, e não devem ser reduzidos a uma compreensão de que o campo é sinônimo de rural, tampouco de que a cidade abarca somente o urbano (OLIVEIRA; NINA, 2014). Apesar da reconsideração acadêmica que afirma que há tanto movimento de urbanização no rural quanto de reruralização do urbano, a tradição normativa continuou predominante mantendo a visão dicotômica de rural-urbano (ANJOS; CALDAS, 2008).

A construção do imaginário sobre o rural, que o associa ao atraso e à pobreza, promoveu ocultamento e desinteresse pela vida rural, bem como por sua diversidade cultural e seus modos de vida. Isso também acarretou em uma distribuição desigual do acesso a serviços, bens e direitos sociais (FROEHLICH; MONTEIRO, 2002; CARNEIRO, 2012). Tal construção é reforçada pela mídia que, por meio de suas representações, corrobora com a supervalorização dos centros urbanos e a desvalorização do espaço rural (MARTINS, 2010). Essas construções e estereótipos em relação ao meio rural afetam a todos, especialmente as mulheres, que acabam tendo condições de vida marcadamente piores se comparadas àquelas que vivem no meio urbano e tem mais facilidades de acesso (HEREDIA; CINTRÃO, 2012).

No ano de 2003, a segunda edição da Marcha das Margaridas foi um marco importante para que os movimentos das mulheres rurais reivindicassem pautas relacionadas ao reconhecimento da mulher rural como trabalhadora na agricultura, bem como itens relativos à reforma agrária, acesso a terras e de garantia e ampliação dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais. Outras reivindicações foram voltadas para a saúde da mulher no campo, ao combate a todas as formas de violência e discriminação, e uma educação específica voltada para a zona rural (HEREDIA; CINTRÃO, 2012). A mobilização das mulheres trabalhadoras fez com que o Estado desenvolvesse programas e projetos governamentais que incorporassem componentes de gênero em suas ações mas, embora os movimentos sociais tenham obtido resultados positivos em relação ao acesso das mulheres a direitos sociais e políticas públicas, as ações ainda são insuficientes diante das grandes demandas e desigualdades

persistentes, pois a invisibilidade e o não-reconhecimento do trabalho feminino na agricultura é um fator importante que contribui para a exclusão. Além disso, as desigualdades de acesso entre os meios urbano e rural aumentam as disparidades nesse contexto (HEREDIA; CINTRÃO, 2012).

Os modos de vida das mulheres no meio rural são fortemente influenciados pelas características do lugar onde vivem. Essas características, que estão intimamente relacionadas à terra, floresta e as águas, interferem significativamente na produção e reprodução social (BRASIL, 2015). A forma singular das mulheres rurais cuidarem da vida e da saúde se expressa por meio de práticas populares de cuidado que são articuladas às reivindicações por uma saúde pública e universal (BRASIL, 2015). Portanto, abordar sobre o trabalho, o processo saúde-doença e o ambiente dessas mulheres torna-se desafiador, visto que os dados oficiais não estão desagregados pelo local de moradia ou os espaços de trabalho. Ou seja, o processo saúde-doença dessas mulheres está diretamente relacionado ao ambiente e às condições de vida e trabalho, que produzem riscos, adoecimentos e agravos.

Diante da complexidade de fatores que incidem sobre os modos de vida na Amazônia e das mulheres rurais, como objetivos específicos, buscamos compreender os significados do trabalho, o sentido de saúde e estratégias de enfrentamento em relação à doença, bem como a relação que estas mulheres estabelecem com o ambiente da RDS. Neste caso, as participantes são mulheres da floresta e das águas, que vivem nas comunidades tradicionais e habitam ou usam reservas extrativistas em áreas florestais ou aquáticas (BRASIL, 2015). Estas mulheres são caracterizadas por valorizarem e permanecerem em seus territórios de oferta abundante, mas também lidam com o domínio da exploração ambiental e acentuada desigualdade social. Além disso, convivem com altos casos de doenças endêmicas (como febre amarela, malária, dengue) e problemas específicos na saúde que precisam ser visíveis para os profissionais que atuam nestes contextos (BRASIL, 2015).

Posto isto, a pesquisa torna-se relevante por possibilitar uma compreensão das categorias propostas partindo da concepção das atrizes sociais envolvidas, permitindo que, posteriormente, essas informações sejam utilizadas para pensar e construir ações e políticas públicas contextualizadas em prol dessas mulheres. A pesquisa também contribui para ampliação do número de estudos na área da Psicologia que são voltadas para contextos rurais, especificamente na Amazônia, que tratam sobre trabalho, processo saúde-doença e ambiente

em Reservas de Desenvolvimento Sustentável, podendo, inclusive, ser utilizada como referencial teórico-metodológico a quem for explorar alguma dessas temáticas. Além do enriquecimento intelectual e profissional durante a vivência no campo, a pesquisa também possibilitou estimular a autonomia das agricultoras através do favorecimento de um diálogo aberto, que buscou provocar mudanças e reflexões sobre as categorias de análise abordadas.

Para alcançar os objetivos propostos, baseando-se nas características da abordagem qualitativa, que busca aprofundar a complexidade dos fenômenos e compreender o sujeito social a partir de seu contexto histórico, valores, significados e intenções que constroem sua subjetividade (MINAYO, 2011), utilizamos como instrumentos o levantamento documental e bibliográfico, entrevista semiestruturada, bem como observação participante e diários de campo para auxiliar nas informações referentes à vida cotidiana e caracterização do local. A análise das informações obtidas foi feita de acordo com a Análise Categórica Temática. Para realizar ações contextualizadas, favorecendo o fluxo das palavras e o acesso das agricultoras ao papel de fala, a Psicossociologia foi escolhida como aporte teórico-metodológico.

Tal abordagem, que se desenvolveu na França sob égide da pesquisa-ação, foi criada em um contexto marcado pelo marxismo e pela psicanálise. Por esta razão, subsidiou sua prática na sociologia e na psicanálise, sendo a última uma das principais responsáveis pelo caráter clínico de suas intervenções (SILVA, 2013). O psicossociólogo exerce um papel de facilitador que faz parte de todo o processo de construção do conhecimento, acompanhando o movimento das pessoas envolvidas, bem como suas resistências e descobertas, compreendendo que o modo de estar presente do pesquisador-clínico deve ser sensível e deve considerar que o 'objeto' da pesquisa/ação é composto por sujeitos complexos que integram um grupo e se inserem em determinado contexto (BRAZ; CASADORE; HASHIMOTO, 2020).

Ressalta-se que a abordagem não se assenta na oferta terapêutica e trata-se de um trabalho de co-construção que busca conduzir o indivíduo a questionar sobre suas vivências, escolhas e projetos. A escuta parte da prerrogativa que é preciso desorganizar para se organizar a partir da própria desorganização, pois ao revisitar sua história, o sujeito consegue modificar sua relação com ela de modo que construa autonomia (BRAZ; CASADORE; HASHIMOTO, 2020). A pesquisa e intervenção psicossociológica analisa cada discurso como revelador do

lugar ocupado pelo sujeito que enunciou, sendo este discurso considerado uma produção individual e coletiva (SILVA, 2013).

Sendo assim, a dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro, é uma revisão sistemática da literatura sobre trabalho, processo saúde-doença e ambiente de agricultoras familiares na Amazônia, que discute aspectos sobre a invisibilidade do trabalho feminino na agricultura, condições de trabalho, saúde-doença e ambiente, bem como a organização social e políticas públicas relacionadas às agricultoras. O segundo, apresenta o percurso metodológico da pesquisa, contendo informações sobre a Psicossociologia como abordagem teórico-metodológica, instrumentos e procedimentos do campo, local, desafios para realização da pesquisa, método de análise e princípios éticos. O terceiro, traz os resultados e discussões, abordando sobre a complexidade e os significados do trabalho para as agricultoras, contexto de saúde e processo saúde-doença, bem como a relação que as mulheres estabelecem com o ambiente. Por fim, as considerações finais, que direcionam às reflexões gerais acerca dos resultados obtidos.



Figura 2. Canoas estacionadas na beira do Rio Negro (Foto da autora).

2. TRABALHO, SAÚDE-DOENÇA E AMBIENTE DE AGRICULTORAS FAMILIARES NA AMAZÔNIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Introdução

A agricultura familiar é responsável por parte da produção de alimentos que são consumidos pela população brasileira e caracteriza-se por ser constituída por pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais responsáveis pela gestão da propriedade compartilhada pela família, e com diversidade produtiva marcante, pois muitas vezes alia a produção destinada ao mercado à produção de subsistência. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, visto que este é seu local de trabalho e moradia (BRASIL, 2020).

De acordo com o artigo 3º da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural e que: I- não tenha área maior do que quatro módulos fiscais; II- utilize predominantemente mão-de-obra da família em atividades econômicas do seu estabelecimento; III- percentual mínimo da renda familiar que seja de atividade econômica do seu estabelecimento; e IV- dirija o seu estabelecimento ou empreendimento com a sua família. A lei beneficia também silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas; e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º (BRASIL, 2006).

Na Amazônia, a agricultura familiar está baseada em sistemas agroflorestais, que representam uma alternativa agroecológica de produção, principalmente no que se refere ao manejo florestal sob regime sustentável, diversificação da produção e garantia da geração de renda. É uma importante forma de organização da produção que associa família, produção e trabalho nos diversos ambientes (CASTRO et al., 2007). Nas sociedades tradicionais não indígenas da Amazônia, o trabalho realizado em conjunto por toda família tem como protagonista e articuladora do processo as mulheres, que são polivalentes e assumem diversas atividades como trabalho no roçado, participação em grupos de produção, envolvimento em atividades políticas e culturais, organização e mobilização da comunidade, além dos afazeres domésticos. Neste contexto, pode-se afirmar que o trabalho das mulheres é de extrema importância, visto que se empenham em prol do bem comum, da família e da comunidade na produção de subsistência (RODRIGUES et al., 2015).

Apesar do trabalho da mulher ser significativo no contexto da agricultura familiar, a situação é desalentadora no que se refere ao reconhecimento da contribuição da mulher para produção e reprodução da vida social das comunidades (FECHINE, 2007). Na Amazônia brasileira a situação das mulheres seguiu os passos em direção à exclusão, pois mesmo participando de todos os processos dinâmicos impostos pela sociedade, a repressão histórica se abateu sobre elas. As atividades que desempenham com os homens são importantes, mas não suficientes para promover valorização dessas mulheres que, muitas vezes, não são reconhecidas ou usufruem de seus direitos. A distinção do que é atribuído ao homem e a mulher foi fundada em um determinismo biológico e social que demarca a atuação do homem ao espaço público e da mulher ao privado, relacionado ao ambiente doméstico (FECHINE, 2007).

A supervalorização da figura masculina nessa cultura se constrói de modo que a mulher não se percebe em igualdade de condições com o homem (que assume papel de maior destaque), enquanto a figura feminina, mesmo desenvolvendo atividades importantes neste meio, tem seu trabalho invisibilizado, sendo vista apenas como “dona de casa” ou como “ajudante” no trabalho dos homens (FECHINE, 2007). Esta condição de invisibilidade do trabalho agrícola nas comunidades ribeirinhas acarreta problemas para que as mulheres tenham acesso às políticas públicas, o que dificulta também o reconhecimento de suas identidades como trabalhadoras rurais, principalmente quando não são organizadas politicamente. A ampliação da cidadania só acontece quando há concretização de direitos junto a essa população que vive à margem das políticas públicas sociais (FECHINE, 2007).

Sendo assim, conhecer sobre trabalho, processo saúde-doença e ambiente das agricultoras amazônicas implica mergulhar em um campo vasto e ainda pouco estudado para que seja possível melhorar as condições de vida dessas protagonistas. Para compreender melhor como estes aspectos perpassam e impactam o cotidiano de mulheres agricultoras no contexto amazônico, foi realizada uma revisão sistemática da literatura de publicações científicas que abordam a temática.

Metodologia

Na Revisão Sistemática da Literatura, de natureza exploratória, buscou-se seguir as recomendações propostas no documento PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*). O levantamento dos artigos, referente ao assunto estudado, foi

realizado em quatro bases de dados: Google Acadêmico, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Considerando a especificidade do tema, a seleção das bases de dados ocorreu em virtude de serem consideradas mais adequadas e por estarem relacionadas à área de estudo. Foram utilizadas as seguintes palavras-chaves para busca: subjetividade OR saúde AND "trabalho" AND "mulher" AND "agricultura familiar" AND ribeirinha. A busca foi realizada por meio do acesso do sítio eletrônico das bases de dados em julho de 2021.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos, dissertações, teses e relatórios de pesquisa que: 1) abordasse a temática da saúde-doença, trabalho ou ambiente de mulheres que trabalham na agricultura familiar na Amazônia; e 2) publicado nos últimos 10 anos (2010-2020). Após a identificação dos estudos, foram excluídos aqueles duplicados entre as bases de dados e, posteriormente, foi feita a leitura dos resumos. Tais critérios de exclusão e inclusão foram estabelecidos para a seleção dos artigos que compõem o corpus de pesquisa. Os estudos selecionados foram lidos na íntegra e, para a extração dos dados, foi considerado, o ano de publicação, local de realização do estudo, delineamento metodológico, instrumento de pesquisa, objetivos e resultados.

Para os procedimentos de busca, seleção e análise, foram nomeados dois juízes independentes, autores desse estudo. Em caso de discordância quanto a sua inclusão, os juízes discutiram em conjunto até obterem um resultado final. Após a seleção, foi realizada uma análise do conteúdo dos artigos para identificar temas convergentes e divergentes entre as publicações.

Resultados e discussões

Foram identificados nas bases de dados 2.611 estudos. Desses, seis foram excluídos por estarem duplicados e 2.584 removidos por não atenderem os critérios de inclusão. Resultando, ao final, uma amostra de 21 estudos selecionados (6 artigos, 2 teses, 9 dissertações e 4 relatórios de pesquisa), conforme ilustrado na Figura 3.

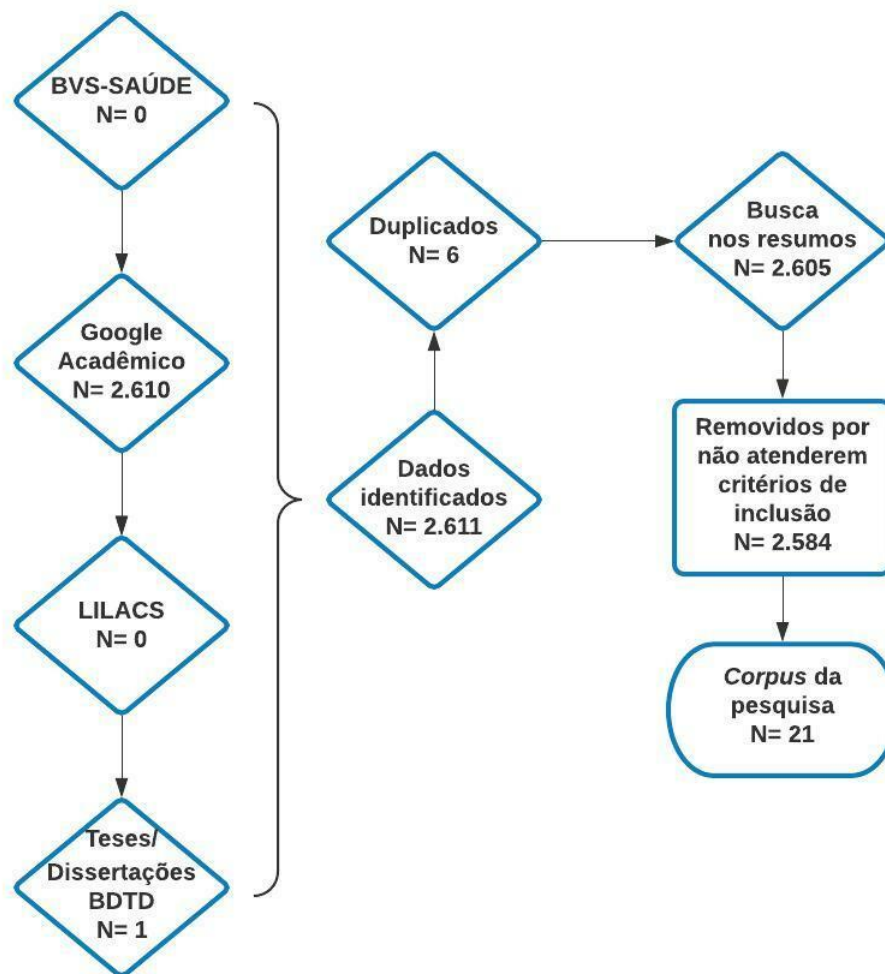


Figura 3. Fluxograma da seleção dos estudos nas bases de dados (Produzido pela autora).

Considerando o recorte temporal para busca do material, o registro das publicações em periódicos sobre trabalho, saúde-doença e ambiente de mulheres na agricultura familiar data a partir do ano de 2013. Nota-se um número mais significativo de pesquisas nos anos de 2013 (n=5), 2020 (n=4) e 2014 (n=3), seguido dos anos de 2015 (n=3), 2016 (n=3), 2019 (n=2) e 2017 (n=1). No ano de 2018 não foram encontrados trabalhos relacionados. Devido ao período de busca, as produções do ano de 2021 provavelmente não foram contempladas na íntegra, o que explica a inexistência de publicação (de acordo com as buscas) no referido ano.

Em relação às teses e dissertações, foi identificado que os primeiros estudos acerca da temática ocorreram em 2013. Dentre as instituições que têm produzido mais pesquisas acerca do tema, destaca-se, respectivamente, a Universidade Federal do Amazonas - UFAM,

Universidade Federal do Pará - UFPA e Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Quanto ao delineamento dos artigos, teses, dissertações e relatórios de pesquisa, se sobressaem os estudos qualitativos (n=17) com enfoque documental, bibliográfico, etnográfico, seguidos de estudos mistos (n = 4). Estes estudos fazem uso dos seguintes instrumentos de coleta: entrevista semiestruturada, observação de campo, reunião de grupos, análise documental, mapa mental, diário de campo, produções fotográficas, instrumentos como Inventário Sociodemográfico (ISD), Inventário de Rotina (IR) e Questionário Nórdico de Sintomas Osteomusculares.

Quanto às teses e dissertações, a maioria das pesquisadoras são mulheres (n=9), em comparação com os homens (n=2). Os Programas de Pós-Graduação dos pesquisadores são: em Geografia (n=2); Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (n=2); Sociedade e Cultura na Amazônia (n=2); Teoria e Pesquisa do Comportamento (n=1); Sociologia (n=1); Biologia Ambiental (n=1); Desenvolvimento Regional (n=1); e Interdisciplinar em Ciências Humanas (n=1). Em relação às áreas do conhecimento dos relatórios de pesquisa, das teses e dissertações, a área predominante é Ciências Humanas (n=6), seguida de Ciências da Saúde (n=2); Ciências Agrárias (n=2); Ciências Sociais Aplicadas (n=2); Outros (n=2) e, por último, Ciências Biológicas (n=1). Os estudos desenvolvidos abrangem a região norte e abordam realidades rurais de mulheres ribeirinhas na Amazônia. Sobressaem os estudos realizados no Amazonas (n=14), em seguida no Pará (n=5), Rondônia (n=1) e Tocantins (n=1), conforme especificado na Tabela 1.

ARTIGOS		
Autor e Ano	Estado	Objetivos/ Delineamento
LIMA; SILVA (2017)	PA	Revelar as percepções das trabalhadoras no processo produtivo da fibra vegetal de malva sobre as questões de gênero, trabalho e saúde na localidade Ilha do Valha-me Deus, em Juruti - PA (Qualitativo).
MACHADO (2013)	AM	Analisar de que forma as temáticas da vida doméstica, dos saberes, da cultura, do rio e das comunidades aparecem no trabalho de mulheres em comunidades agroextrativistas da FLONA de Tefé (Qualitativa).
PRESTES; SILVA (2019)	AM	Analisar as relações de gênero presentes nas atividades laborais desenvolvidas por mulheres agricultoras/feirantes no mercado municipal de Parintins/AM, seja na produção agrícola,

		doméstica, comercialização e demais áreas da vida social (Qualitativa).
ALVES; MATOS (2020)	PA	Analisar o papel da mulher ribeirinha nas relações de produção e comercialização na agricultura familiar no município de Breves, estado do Pará (Qualitativa).
COSTA et al., (2020)	PA	Conhecer a respeito da participação feminina na aquicultura do Arquipélago do Marajó, no estado do Pará (Misto).
ERAZO; COSTA; SILVA (2020)	AM	Investigar a realidade da mulher na agricultura familiar na região do lago Janauacá, município de Careiro/AM, bem como a sua importância para a sociedade contemporânea (Misto).
RELATÓRIOS DE PESQUISA		
AZEVEDO (2013)	AM	Analisar as condições de trabalho das trabalhadoras da juta e malva da Comunidade Costa da Águia do Município de Parintins/AM e o acesso destas às políticas públicas a elas destinadas (Misto).
TEIXEIRA (2014)	AM	Investigar as relações de gênero na forma de organização sociopolítica e do trabalho das mulheres ribeirinhas da comunidade de Santa Luzia, localizada no Grande Lago de Manacapuru, no município de Caapiranga- AM (Qualitativo).
SEIXAS (2016)	AM	Realizar análise ergonômica do trabalho das atividades de plantio, cultivo, colheita e preparo da farinha de mandioca realizado por ribeirinhas da Comunidade de São Lázaro, no município de Caapiranga- AM (Qualitativo).
SOARES; FERNANDES (2016)	AM	Avaliar a percepção de risco de mulheres ribeirinhas que trabalham na produção artesanal de farinha e a relação com saúde funcional, bem como rastrear queixas de desconforto corporal e identificar o acesso a serviços de saúde local (Qualitativa).
TESES E DISSERTAÇÕES		
LOPES (2013)	RO	Investigar o cotidiano de mulheres ribeirinhas, bem como as formas de relações sociais que colaboram para a produção do espaço sob enfoque das relações de gênero tanto no ambiente privado quanto no público (Misto).
PINTO (2013)	PA	Analisar as redes de relações sociais, o papel e o trabalho mantido pelas mulheres em comunidades rurais ribeirinhas, incluindo relações de gênero e redes de apoio social decorrentes nos contextos da

		família, do trabalho, do extrativismo e da comunidade (Qualitativo).
BOCCHINI (2013)	AM	Refletir como se articula a noção de sustentabilidade com a percepção que as mulheres da várzea amazônica, especificamente da Comunidade de Santa Luzia, no município de Iranduba- AM, têm sobre seu modo de vida (Qualitativo).
DIÓGENES (2014)	AM	Descrever o modo de vida e o processo de trabalho na pesca do camarão realizado pelas mulheres residentes na comunidade de Brasília e Catispera, no município de Parintins- AM, enfatizando as estratégias de conservação dos recursos pesqueiros e a existência de políticas públicas (Qualitativo).
NINA (2014)	AM	Identificar os diferentes lugares, processos e organização do trabalho, assim como agravos e riscos à saúde referenciados pelas mulheres agricultoras da comunidade Sagrado Coração de Jesus/Vila do Engenho, no município de Itacoatiara- AM. (Qualitativa).
MAIA (2015)	AM	Analisar em que medida a inserção da mulher na pesca profissional na Amazônia modifica e influencia no cotidiano da atividade das pescadoras artesanais de Barreirinha- AM (Qualitativa).
BRASIL (2015)	AM	Entender as relações socioambientais produzidas e reproduzidas na economia feminina, praticada nas várzeas do município de Parintins nas comunidades da Brasília e Catispera; e identificar os conhecimentos e as técnicas aprimoradas pelas mulheres no processo da pesca e comercialização do camarão (Qualitativa).
ARAÚJO (2015)	PA	Analisar a participação e valorização da mulher na cadeia produtiva do mexilhão <i>Mytella charruana</i> em Vila Nova, Bragança – PA (Qualitativa).
MENDES (2016)	TO	Investigar a (in)visibilidade das atividades pesqueiras realizadas pelas pescadoras associadas à Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais Z-16 de Miracema do Tocantins e Tocantínia – COPEMITO (Qualitativa).
CAVALCANTE (2019)	AM	Conhecer o trabalho da mulher na pesca artesanal na comunidade rural Sagrada Família do Remanso no município de Parintins-AM para compreender como os modos de vida desenvolvidos na comunidade contribuem para a construção identitária da mulher pescadora (Qualitativa).

SANTOS (2020)	AM	Analisar o debate sobre o trabalho da mulher amazônica no mundo contemporâneo, compreendendo seu modo de vida e destacando as territorialidades e as técnicas desenvolvidas nesta atividade, além de verificar as formas de uso e de comercialização do camarão (Qualitativo).
---------------	----	--

Quadro 1. Caracterização dos estudos recuperados nas bases de dados (Produzido pela autora).

No geral, os estudos versam a respeito de três categorias de análise: a) (in)visibilidade do trabalho feminino na agricultura; b) condições de trabalho, saúde-doença e ambiente e c) organização social e políticas públicas, conforme ilustrado na tabela 2.

CATEGORIAS DE ANÁLISE	PRINCIPAIS RESULTADOS
(In)visibilidade do trabalho feminino na agricultura	Embora participem de todas as etapas de produção, não reconhecem a importância de suas atividades. Dão ênfase ao trabalho doméstico, enquanto o trabalho agrícola aparece apenas como uma extensão das atividades domésticas. Mesmo que as mulheres transitem em todos os espaços, ainda há um caminho a ser percorrido no que se refere ao reconhecimento e empoderamento (ALVES; MATOS, 2020).
	A invisibilidade das mulheres na ilha se baseia em normas culturais que consideram os homens como chefes de família, e relegam para as mulheres as responsabilidades domésticas. Apesar da falta de reconhecimento, fica evidente o protagonismo do trabalho feminino na piscicultura marajoara (COSTA et al., 2020).
	Além de desenvolverem um trabalho importante na produção, também assumem responsabilidade pelos cuidados do lar, atividades reprodutivas e de manutenção familiar, sem a participação dos homens que consideram que as mulheres apenas “ajudam”, o que reflete a desvalorização do trabalho feminino (LIMA; SILVA, 2017).
	A diferenciação na ocupação dos espaços sociais por homens e mulheres é evidente, pois ocorre um sistema hierárquico simples em todas as famílias analisadas, visto que o homem, (considerado, então, o membro mais importante do grupo familiar e no topo da hierarquia) participa de trabalhos externos e geradores de renda, enquanto a mulher se mantém em atividades voltadas aos cuidados do lar e da família (LOPES, 2013).

	<p>Os dados revelaram que há assimetria nas relações, pois, embora as mulheres tenham ampliado sua participação no âmbito público, os homens não ampliam suas ações aos trabalhos domésticos, que são relegados somente às mulheres. O discurso dos homens define as ações cotidianas das agricultoras/feirantes como “ajuda”, mas não negam a importância delas na organização agrícola, familiar e econômica (PRESTES; SILVA, 2020).</p>
	<p>As mulheres aparecem em todas as etapas do processo produtivo, exceto no de comercialização, pois nessa fase o homem é protagonista. Na colheita, a mulher é chamada para aumentar a força de trabalho, o que ocasiona dupla jornada, visto que elas executam tanto o trabalho doméstico como na lavoura (AZEVEDO, 2013).</p>
	<p>É notável a presença feminina em várias atividades desenvolvidas nas unidades produtivas (pesca, plantio, criação, afazeres domésticos), mas reconhecimento masculino ainda é tímido, embora a fala de alguns maridos enfatize a importância do trabalho das mulheres. Parte da narrativa das pescadoras revela negação da sua participação no processo de transmissão de saberes inerentes à pesca. Ou seja, as relações de gênero influenciam nos papéis sociais na comunidade pesqueira (BRASIL, 2015).</p>
	<p>A naturalização do trabalho reprodutivo como responsabilidade da mulher interfere diretamente no tempo e espaço de pesca das mulheres pescadoras, assim como em seu reconhecimento como trabalhadora da pesca. Há uma divisão desigual das tarefas no âmbito doméstico, mas a múltipla jornada a que se submetem ainda não encontrou solo fértil para discussão na comunidade (CAVALCANTE, 2019).</p>
	<p>Embora a higienização rigorosa seja o diferencial para a preferência dos compradores, o olhar hegemônico privilegia as atividades remuneradas ou ligadas à comercialização, ou seja, atividades que são exclusivas dos homens. Já as mulheres, precisam conciliar as atividades do lar, que são inerentes a elas, com atividades externas (ARAÚJO, 2015).</p>
	<p>A maioria tem a concepção da pesca diretamente relacionada à captura (feita pelo homem), considerando as outras etapas exercidas por elas como "ajuda" ao marido (DIÓGENES, 2014).</p>
	<p>A dedicação ao lar é central nas falas, e as tarefas domésticas não são entendidas como trabalho (MACHADO, 2013).</p>

	<p>A implantação do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal propiciou o reconhecimento profissional, levando-a a superar mitos e provar que, junto com a figura masculina, pode ser uma pescadora profissional e provedora da unidade familiar (MAIA, 2015).</p>
	<p>As pescadoras casadas afirmam que pescam com seus companheiros e os “ajudam”. Já as solteiras relatam que pescam sozinhas e se consideram protagonistas na realização de suas atividades pesqueiras. As atividades que elas realizam não conferem apenas uma “ajuda”, pois contribuem para o desenvolvimento da pesca, o lazer e sustento da família, tanto quanto os pescadores (MENDES, 2016).</p>
	<p>Verificou-se que o trabalho ocupa grande parte do tempo e da história das mulheres, que enfrentam rotinas complexas que exigem disposição física e psicológica, visto que cabe à mulher trabalhadora a administração e organização da casa, além de acompanhar o marido no roçado (NINA, 2014).</p>
	<p>É evidente a divisão de tarefas e papéis entre os homens e as mulheres, pois cabe a elas a manutenção da família e a realização de tarefas domésticas, as mulheres também participam de etapas da colheita do açaí, mas de modo geral, os homens é que estão vinculados a atividades externas, enquanto as mulheres mantêm suas relações predominantemente no campo familiar e comunitário (PINTO, 2013).</p>
<p>Condições de trabalho, saúde-doença e ambiente</p>	<p>As características da produção afetam a saúde de forma muito intensa, pois a coleta da fibra necessita que os trabalhadores permaneçam de oito a dez horas diárias dentro d’água, além de ficarem expostos ao sol, à chuva e ataques de animais aquáticos e peçonhentos. Nas mulheres, as consequências são ainda maiores em virtude das características ginecológicas (cólicas, menstruação, gravidez) (LIMA; SILVA, 2017).</p>
	<p>Acidentes com instrumentos de trabalho e ataques de animais peçonhentos ou selvagens são frequentemente citados. São comuns relatos de dores de cabeça e vertigens em virtude do calor dos fornos da casa de farinha e das longas horas expostas ao sol na plantação. Os acidentes durante o manejo de ferramentas vão desde lesões superficiais às lacerações profundas com perda temporária de função. Além disso, as mulheres têm características ginecológicas que dificultam a realização do trabalho (cólicas, menstruação e gravidez). Nem todas mulheres utilizam Equipamento de Proteção Individual (EPI), apesar de considerarem importante. O custo financeiro para</p>

	<p>aquisição, a dificuldade para realizar o trabalho com eles e o incômodo causado diante de altas temperaturas podem ser um dos motivos pelos quais não utilizam (SOARES; FERNANDES, 2013).</p>
	<p>O trabalho com a malva influencia no surgimento de doenças, pois as mulheres comumente desenvolvem infecção urinária por ficarem o dia na água. Também são comuns relatos de dores no corpo, reumatismo, dor no braço, nas costas e dor de cabeça devido à exposição solar (AZEVEDO, 2013).</p>
	<p>A maioria das mulheres são jovens e não se preocupam com a saúde, naturalizando os problemas adquiridos em virtude da atividade pesqueira (DIÓGENES, 2014).</p>
	<p>Na amostra do estudo, as maiores queixas de dor e desconforto foram na parte inferior da coluna, pescoço e ombros (que em algum momento impediu a agricultora de realizar suas atividades diárias e de trabalho). A maioria das atividades analisadas pode oferecer ou oferecem riscos ergonômicos à agricultora, seja por causa dos movimentos repetitivos, angulações adotadas durante alguns movimentos, tempo de realização de um mesmo movimento ou posturas adotadas durante a atividade (SEIXAS, 2016).</p>
	<p>Há aspectos inter-relacionados entre saúde, trabalho e adoecimento, como a exposição ao sol e aos agrotóxicos, acidentes de trabalho, sobrecarga de trabalho, ansiedade e estresse (NINA, 2014).</p>
Organização Social e Políticas Públicas	<p>É notável a diferença entre os gêneros em relação ao acesso a documentação civil na comunidade. Atribuem à escola um papel importante, pois conseguem comercializar os produtos e se comunicar melhor com os clientes. Além disso, conseguem ter mais consciência ambiental para realizar o trabalho de forma sustentável (ALVES; MATOS, 2020).</p>
	<p>Muitas mulheres não tiveram oportunidade de estudar, pois necessitavam auxiliar seus pais em diversas atividades para garantir o sustento da família (COSTA et. al., 2020).</p>
	<p>59,3% das mulheres estudaram entre a 2ª e a 5ª série do Ensino Fundamental e 14,8% conseguiram chegar ao Ensino Médio, mas não concluíram (ERAZO; COSTA; SILVA, 2020).</p>

	<p>As políticas públicas para agricultura, escoamento e comércio dos produtos são desconhecidas pelas mulheres, e nem mesmo as ações pensadas pela Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento são viabilizadas para as feirantes. Algumas mulheres se inserem em sindicatos e associações para garantir aposentadoria e demais benefícios por meio dessas instituições. Há dificuldade em relação à captação de recursos para projetos voltados às produtoras rurais, bem como a educação ou falta de acesso a ela torna-se um fator relevante que influencia na qualidade de vida (PRESTES; SILVA, 2020).</p>
	<p>As entrevistadas afirmaram que “já ouviram falar um pouco”, mas não sabiam definir para que servem as políticas públicas. Além disso, não sabiam a quais políticas tinham acesso na comunidade. As mulheres que vivem nas áreas rurais possuem pouco ou nenhum conhecimento a respeito de políticas públicas e sobre seus direitos, o que faz com que tenham acesso, porém de maneira equivocada (AZEVEDO, 2013).</p>
	<p>Destaca-se a falta de participação das mulheres pescadoras do Remanso em eventos orientativos sobre direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca, assim como dos que reivindicam a valorização do trabalho da mulher pescadora. Mesmo nas reuniões realizadas pelas entidades, a participação das pescadoras do Remanso é escassa, muito em virtude da distância da comunidade e a sede do município (CAVALCANTE, 2019).</p>
	<p>Algumas mulheres não se identificam como pescadoras por temerem que seus maridos percam a renda proveniente do seguro-defeso, pois acreditam que somente um pode obter o benefício. Nota-se, portanto, o desconhecimento da lei que possibilita que essas mulheres recebam o benefício e se reconheçam como pescadoras também. Acreditam que o estudo é importante para melhorar a qualidade de vida e que gostariam de ter continuado, entretanto, nota-se a ausência de informação e políticas públicas em vários âmbitos (DIÓGENES, 2014).</p>
	<p>As mulheres, no geral, não fazem parte das decisões comunitárias. Apenas umas e outras que já possuem seus filhos criados conseguem participar pelo fato de o seu trabalho em casa não ser mais fundamental. A participação dessas mulheres reduz-se ao roçado e ao lar. Quando permitido, podem frequentar a escola (MACHADO, 2013).</p>

	Ocorreram modificações nos papéis sociais ao conceder o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal às pescadoras. A política tem levado as mulheres a associarem-se à Colônia dos Pescadores (Z-45), com o intuito de terem acesso ao benefício, sem, contudo, alterar os fundamentos familiares do homem como provedor (MAIA, 2015).
	Na Colônia de Pescadores Profissionais Artesanais, a participação majoritária nas reuniões é dos homens, mas abordam temas relacionados aos direitos femininos, aprimoramento da atividade pesqueira e ações voltadas para a organização e infraestrutura da colônia (MENDES, 2016).
	Poucas pescadoras de camarão são legalizadas, pois a pesca do camarão em Tefé ainda não é reconhecida na colônia de pescadores. As mulheres que são legalizadas, são porque pescam camarão e peixe. Desta forma o trabalho da mulher pescadora de camarão permanece à margem, impedindo, por exemplo, aposentadoria como pescadora ou produtora das hortaliças, uma vez que somente os homens são cadastrados na associação de produtores de hortaliças da comunidade. Ao final, conseguem a aposentadoria somente pela idade avançada (SANTOS, 2020).
	Constatou-se dificuldade de acesso às políticas públicas e sociais, mas organizam-se através do Grupo de Costura Mulheres Girassol, que gera renda às mulheres da comunidade, além de funcionar como um espaço para socialização e estabelecimento de vínculos afetivos de amizade através da cooperação (TEIXEIRA, 2015).
	Aos finais de semanas as mulheres participam das atividades na associação comunitária a fim de realizar ações para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida da comunidade (e essa é uma tarefa exclusivamente feminina) (PINTO, 2013).

Quadro 2. Categorias de análise obtidas a partir dos eixos de discussões (Produzido pela autora).

Diversos estudos sobre mulheres trabalham com a categoria *gênero*, em um sentido que vai além da divisão biológica, pois essa categoria social permeia e influi sobre a organização concreta e simbólica, inclusive na produção de valores e formas de organização política. A presença do trabalho feminino na agricultura familiar acaba sendo compreendida como extensão do trabalho doméstico, não por escolha, mas pela imposição de uma cultura que atribui diferentes papéis sociais para homens e mulheres que, no caso delas, desde cedo são educadas para a dupla ou tripla jornada de trabalho. A participação das mulheres em atividades

produtivas costuma ser ignorada, pois são marcadas pela invisibilidade (BOCCHIN, 2013; ALVES; MATOS, 2020; COSTA et al., 2020).

Nas pesquisas de Alves e Matos (2020); Costa et. al. (2020); Lima e Silva (2017); Lopes (2013); Prestes e Silva (2020); Azevedo (2013); Brasil (2015); Cavalcante (2019); Araújo (2015); Diógenes (2014); Pinto (2013); Machado (2013); Maia (2015); Mendes (2016); e Nina (2014), foi perceptível a questão da dupla e tripla jornada de trabalho das mulheres, além da falta de reconhecimento do seu trabalho, compreendido muitas vezes como “ajuda” por elas e pelos outros. Embora participem ativamente e tenham conhecimento de todo processo produtivo, as próprias mulheres negam a identidade como trabalhadoras rurais e atribuem somente aos homens um papel importante na subsistência familiar. Destaca-se também que, algumas vezes, as trabalhadoras acabam sendo deixadas de lado no momento da comercialização do produto, pois nessa etapa são os homens que ganham destaque e participam de trabalhos externos e geradores de renda, enquanto a mulher deve manter suas atividades voltadas aos cuidados do lar e da família.

Quanto às condições de trabalho e saúde, ressalta-se que os moradores da região amazônica convivem em um ambiente com grande variedade sazonal, e os ciclos de cheia e seca acabam dificultando o acesso a serviços básicos, o que torna o ambiente propício para o surgimento de doenças. O trabalho de Azevedo (2013), realizado em uma comunidade no município de Parintins-AM, retrata bem essas dificuldades. No período de seca, em que o nível das águas diminui formando barrancos de três a quatro metros de altura, é necessário que as mulheres escalem com baldes de água na cabeça, o que resulta em quedas, dores nas costas, nos braços e nas pernas. Na cheia, o problema deixa de ser a distância percorrida e passa a ser a fossa negra que é inundada pela água do rio, misturando resíduos fecais com a água que será consumida. A comunidade também carece de atendimento médico, recorrendo frequentemente à medicina tradicional para cuidar das doenças que surgem (AZEVEDO, 2013).

Além do estudo de Azevedo (2013), que retrata a realidade de muitas comunidades em relação às condições de saúde e trabalho, a discussão também ganha destaque na pesquisa de Lima e Silva (2017); Soares e Fernandes (2013); Diógenes (2014); Seixas (2016); e Nina (2014), que apontam acidentes com instrumentos de trabalho que vão desde lesões superficiais à lacerações profundas com perda temporária de função, ataques de animais peçonhentos e selvagens, dores de cabeça e vertigens em virtude das longas horas expostas ao calor ou ao sol,

sobrecarga de trabalho, ansiedade, estresse, dores no corpo, reumatismo, dor no braço e nas costas, seja por movimentos repetitivos, angulações adotadas durante alguns movimentos, tempo de realização de um mesmo movimento ou posturas adotadas durante a atividade. Além disso, a pesquisa de Soares e Fernandes (2013) e Lima e Silva (2017) destacam um aspecto fundamental: de que as mulheres possuem características ginecológicas que podem dificultar a realização do trabalho, como cólicas, menstruação e gravidez.

O acesso às políticas públicas sociais voltadas para a oferta de bens e serviços básicos à população rural também acaba sendo um problema a ser enfrentado, principalmente no que diz respeito às mulheres. De modo geral, os resultados de Alves e Matos (2020); Costa et. al., (2020); Costa e Silva (2020); Prestes e Silva (2020); Azevedo (2013); Cavalcante (2019); Diógenes (2014); Machado (2013); Maia (2015); Mendes (2016); Nina (2014); Santos (2020); e Teixeira (2015) apontam a educação como elemento importante para melhores oportunidades. As mulheres relacionam a baixa escolaridade à falta de oportunidade para estudar, visto que desde cedo necessitam auxiliar nas diversas atividades importantes ao sustento familiar. Apesar carência no acesso à educação, nota-se a autonomia e o protagonismo nas atividades exercidas, bem como na busca de alternativas para desenvolver melhor o trabalho e para obter melhores condições de vida.

As associações tornam-se instrumentos importantes para que as mulheres possam formular modelos a respeito de desenvolvimento, sustentabilidade e para melhorar suas condições de vida e trabalho através das reivindicações de direitos e políticas públicas voltadas para as trabalhadoras rurais, considerando sua inserção no contexto amazônico. A filiação a essas organizações sociais auxilia as mulheres a reunirem recursos, ter acesso a insumos, financiamento governamental e capacitação técnica. Portanto, a associação exerce um papel fundamental na luta por direitos e na garantia de acesso às políticas públicas, contudo, muitas vezes, a importância dessas instituições é desconhecida por elas (BOCCHINI, 2013; PINTO, 2013; COSTA et al., 2020).

Em linhas gerais, os estudos têm denunciado a precariedade, vulnerabilidade e invisibilidade que assola a vida das mulheres que trabalham na agricultura familiar na Amazônia. As privações materiais e sociais sinalizam para o desamparo na oferta de cuidados para essas mulheres que se encontram, muitas vezes, sobrecarregadas e invisibilizadas.

Considerações finais

O estudo teve como objetivo investigar as produções científicas no que diz respeito ao trabalho, saúde-doença e ambiente de mulheres na agricultura familiar na Amazônia. O intuito foi compreender as particularidades que perpassam o cotidiano dessas mulheres no contexto em que estão inseridas. Ao todo, foram 21 produções que tratam a respeito da (in)visibilidade do trabalho feminino na agricultura; das condições de saúde-doença, trabalho e ambiente; e da organização social e políticas públicas. As análises demonstraram que a maioria dos estudos são qualitativos, da área de ciências humanas, realizados predominantemente no estado do Amazonas e com produção significativa pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Os estudos evidenciam que as agricultoras sofrem influência de inúmeros determinantes que permeiam os modos de vida e aspectos subjetivos, relacionados à questão de gênero, trabalho, perspectivas futuras, em suas ações políticas, em seu processo saúde-doença e nas relações familiares. Carecem de mais reconhecimento em relação ao seu trabalho, além de atenção em relação às políticas públicas que considerem a sua realidade local. Tendo em vista a diversidade de questões que perpassam o cotidiano dessas mulheres que trabalham na agricultura familiar, faz-se necessário novos estudos que coloquem em análise os fatores que incidem sobre o modo de vida dessas mulheres na Amazônia, a fim de contribuir para atuação profissional de pesquisadores, de modo que estes consigam melhorar as condições de vida dessas protagonistas, fortalecendo-as politicamente e socialmente.



Figura 4. Ramal da Prainha (que dá acesso à RDS do Rio Negro) na seca (Foto da autora).

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo dedica-se ao percurso metodológico escolhido para alcançar os objetivos propostos, sendo ele composto pela combinação de técnicas para o levantamento e análise das informações. O levantamento de dados foi realizado por meio de pesquisa documental e bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, observação participante e diários de campo. Posteriormente, os resultados foram transcritos e analisados seguindo a Análise Categorical Temática, tendo como pressuposto teórico-metodológico a Psicossociologia.

3.1 Psicossociologia como aporte teórico-metodológico

A Psicossociologia foi escolhida como aporte teórico-metodológico para subsidiar este estudo por se interessar de modo geral pelo sujeito e seu ambiente. Na pesquisa psicossociológica, não há um objeto próprio, haja vista que todo objeto é dinâmico e complexo. Nesse sentido, para a Psicossociologia, o trabalho é compreendido como um aspecto essencial na e para a sociedade, mas não assume local único, pois é entendido como um elemento constituinte em determinado contexto (SOLDERA, 2016). Apesar de não haver objeto específico, a Psicossociologia pauta-se pela inserção do sujeito (ator social) no contexto de vida cotidiana em grupos, organizações ou instituições. Ou seja, a relação indivíduo/sociedade é priorizada, independentemente de onde essa relação se dê (SOLDERA, 2016).

A Psicossociologia remete ao campo da escuta, implicação e transformação, pois busca enfatizar em suas práticas as histórias de vida e trajetórias sociais, atuando no nível das emoções e dos processos sociais. O sujeito é visto como complexo, simbólico, atravessado pela cultura e a linguagem, sendo colocado, portando, como dotado de palavra e portador de discurso legítimo ao expressar seu desejo (BRAZ; CASADORE; HASHIMOTO, 2020). A fala permite que o ator social expresse a atribuição de sentido àquilo que pensa e compartilha, assim como a relação entre conteúdos latentes e manifestos em seu discurso potencializam uma transformação que perpassa pela conscientização e retomada de sentidos (BRAZ; CASADORE; HASHIMOTO, 2020). Para Nasciutti (1996):

O campo da Psicossociologia é o dos grupos, das instituições, dos “conjuntos concretos” nos quais o indivíduo se encontra e que mediatiza sua vida pessoal e a coletividade. Trata-se do estudo do desejo do sujeito e da vontade dos atores sociais modificando (agindo sobre) um mundo que os modifica e sobre eles age; trata-se ainda da reconstrução de uma realidade psíquica e histórica, cuja consciência, questionamento e interpretação podem produzir um sentido novo. Perceber as dimensões essenciais dos problemas, dos conflitos, dos processos de idealização e de alienação, dos investimentos pessoais, pode ser um caminho para a transformação da

ação individual e coletiva, da vontade de inovar e de buscar um prazer mais legítimo para cada um (NASCIUTTI, 1996, p. 54).

Tal proposta teórico-metodológica favorece a descobertas e coprodução de sentidos, visto que o pesquisador rompe com a posição de detentor do conhecimento, atuando como um agente que interage, constitui e sofre influências do meio (SOLDERA, 2016). Quanto à metodologia da abordagem, pode-se dizer que ela existe previamente, mas é construída de acordo com cada situação e esclarecida à medida que a ação se desenvolve, de modo que dê liberdade e responsabilidade aos grupos e aos sujeitos (SOLDERA, 2016). Inicialmente, a intervenção psicossociológica permite que as pessoas falem sobre a sua vida cotidiana, sofrimentos e esperanças. Posteriormente, trata questões como estrutura da organização, processos de trabalho, hierarquia e problemas decorrentes disso. Todas as questões devem apontar possíveis resoluções de problemas que permeiam o discurso do trabalhador. A proposta consiste, antes de tudo, na liberdade de expressão e no engajamento para a transformação a partir da conscientização (SOLDERA, 2016).

A psicossociologia integra sujeito e objeto por meio de um olhar distintivo e integrativo, que busca compreender os fenômenos em um nível intermediário de diálogo entre a dimensão macrossocial e individual, ou seja, se debruça sobre as relações que o indivíduo mantém com o social (FIUZA; COSTA; LOUREIRO, 2018). Nesse ‘meio’, que é representado de forma distinta pelos diferentes grupos e sujeitos, tornam-se indispensáveis abordagens que sejam sensíveis tanto ao papel da diversidade sociocultural (distintas subjetividades), quanto ao papel do conflito em diferentes espaços, pois isso significa esclarecer condições de instauração de princípios evocados para legitimar acordos e regular conflitos. Essa compreensão torna-se fundamental, principalmente no que diz respeito aos grupos que resistem ao processo de monopolização dos recursos ambientais e de concentração do capital, como os povos e comunidades tradicionais que aparecem recorrentemente em conflitos ambientais devido as suas concepções e formas de uso do espaço que colocam em jogo a continuidade de seus territórios (FIUZA; COSTA; LOUREIRO, 2018).

3.2 Instrumentos da pesquisa

3.2.1 Levantamento bibliográfico e documental

Esta etapa da pesquisa iniciou em março de 2021, com as disciplinas do mestrado, e seguiu ao longo de 2022. A pesquisa bibliográfica foi o primeiro passo para que fosse realizado o levantamento teórico de materiais referentes às categorias de análise presentes neste estudo, bem como para conhecer as características da região onde foi feita a pesquisa. Em julho de 2021, foi realizada a revisão sistemática da literatura com a finalidade de identificar se o quantitativo de pesquisas sobre a temática era significativo. Já o levantamento documental (de legislações e do plano de gestão da RDS), foi feito em sites governamentais e de instituições que atuam na RDS do Rio Negro. Os levantamentos foram sendo realizados ao longo da pesquisa, de acordo com as necessidades e à medida que o estudo foi sendo delineado.

3.2.2 Tecendo a fala das agricultoras por meio de entrevistas

A entrevista individual, que nada mais é do que uma conversação que cobre os temas centrais e os problemas da pesquisa (BAUER; GASKELL, 2017), foi utilizada para compreender as concepções das agricultoras em sua essência. A entrevista foi semiestruturada, seguindo um roteiro previamente estabelecido com perguntas baseadas nos objetivos específicos da pesquisa, mas isso não impediu que as participantes falassem livremente sobre o que considerassem pertinente. As cinco entrevistadas (sendo elas de quatro comunidades diferentes da RDS) foram convidadas a partir da Unidade Básica de Saúde e da I Feira de Agricultura Familiar da RDS. A gravação das entrevistas foi fundamental para a análise posterior dos conteúdos abordados. O roteiro foi pensado considerando o contexto das mulheres agricultoras e abordou questões referentes à identificação das participantes; do processo saúde-doença; significado do trabalho; e da relação estabelecida com o ambiente (verificar roteiro no anexo C).

3.2.3 Observação participante e diário de campo

A observação participante foi fundamental para que as narrativas fossem compreendidas na sua essência, considerando o contexto em que estão enunciadas, pois é um dispositivo de pesquisa que consiste em tentar fazer funcionar, no terreno das práticas, a observação, que implica em certo distanciamento, e a participação que, pelo contrário, supõe uma imersão do pesquisador na população que estuda (LEPASSADE, 2005).

O diário de campo também foi utilizado para fazer o registro das observações e para garantir maior sistematização e detalhamento durante as investigações. Este instrumento

metodológico permite registrar o que é vivenciado durante a prática, permitindo conhecer as vivências (COSTA; COIMBRA, 2008). O diário de campo possibilita a produção de um material de caráter etnográfico e íntimo, permitindo um distanciamento da experiência que foi registrada para que seja avaliada em contraponto com hipóteses e propósitos (FREITAS; PEREIRA, 2018).

3.3 Local da pesquisa

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro é uma modalidade de Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável que abriga populações tradicionais e consiste em um dos importantes meios para a proteção dos recursos naturais da Amazônia, pois sua existência é baseada em sistemas sustentáveis de utilização de recursos naturais que são adaptados às condições ecológicas locais¹. A RDS do Rio Negro, situada à margem direita do baixo Rio Negro, integra 19 comunidades distribuídas em uma área de 102.978,83 hectares e está localizada nos municípios de Manacapuru (4%), Iranduba (80%) e Novo Airão (16%), no Estado do Amazonas (SEMA, 2017).

O acesso à reserva ocorre principalmente por via fluvial, por meio de barcos do tipo voadeira ou recreio, que partem da capital Manaus, no porto São Raimundo ou Manaus Moderna, em direção ao município de Novo Airão pelo Rio Negro. Há também a possibilidade de deslocamento por meio terrestre a partir da AM-070 (Rodovia Manoel Urbano), trecho Manaus-Manacapuru, e pela AM-352, trecho Manacapuru-Novo Airão. Existem ramais que possibilitam a entrada na RDS, contudo, a infraestrutura não é boa, pois são cobertos com uma espécie de cascalho, conhecido localmente como piçarra. São por esses ramais e vicinais que a

¹ A caracterização de Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Unidade de Conservação será aprofundada no capítulo “Resultados e Discussões”.

produção local é escoada. No lado de acesso pelas rodovias existem 19 ramais, sendo que cinco já existiam antes da criação da Unidade de Conservação, e os demais foram abertos

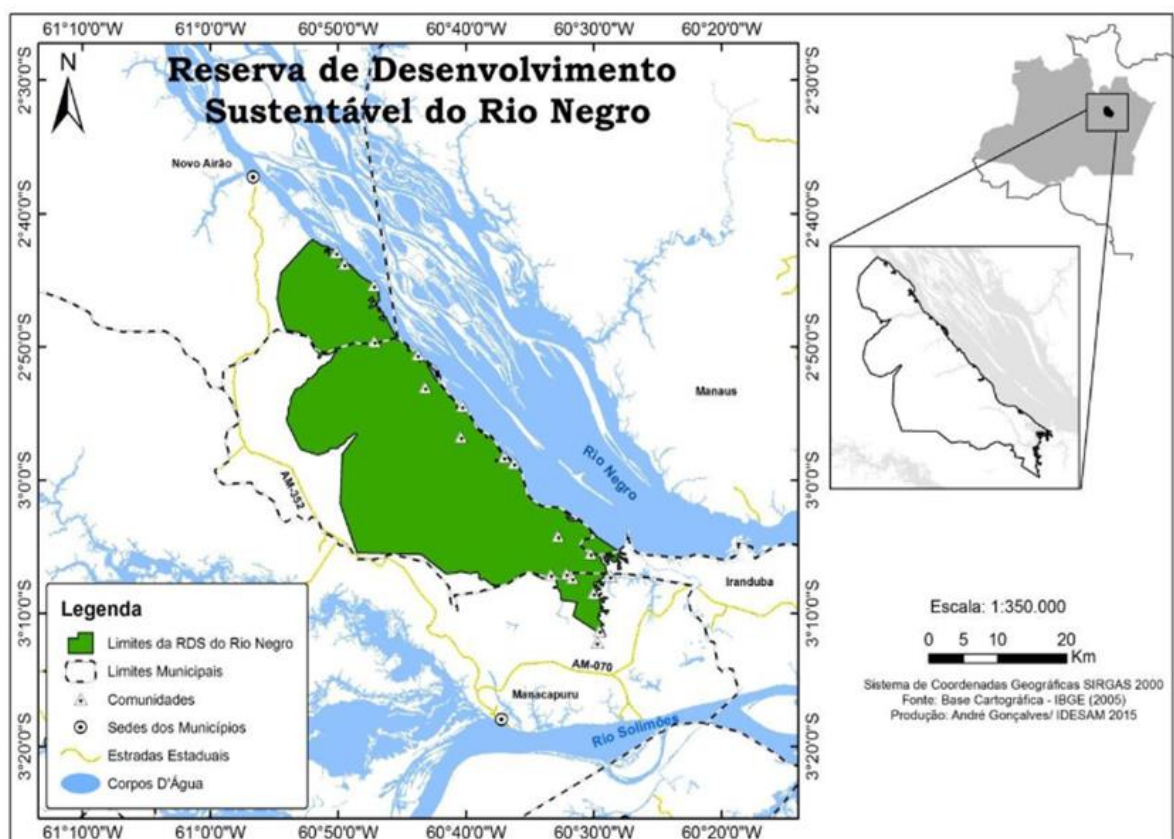


Figura 5. Mapa da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro (SEMA, 2017).

posteriormente (SEMA, 2017).

A maioria das comunidades da RDS do Rio Negro foi formada nas décadas de 80 e 90, sendo a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro a maior em população, e Santo Antônio a menor (SEMA, 2017).

Comunidade	Ano de criação
Terra Santa	1945
Marajá	1955
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	1976
São Francisco do Bujaru	1980
São Tomé	1982

Tiririca	1985
Santo Antônio do Acajatuba	1985
Tumbira	1986
Saracá	1986
Santo Antônio	1988
Nova Esperança	1989
Santa Helena dos Ingleses	1989
Nossa Senhora da Conceição	1989
Terra Preta	1990
Nossa Senhora de Fátima	1991
Carão	1993
Camará	1995
Nova Aliança	2001
XV de Setembro	2002

Quadro 3. Ano de criação e comunidades que fazem parte da RDS do Rio Negro (SEMA, 2017).

3.4 Procedimentos e desafios para realização da pesquisa na RDS do Rio Negro

Considerando suas dimensões continentais, realizar pesquisas no interior da Amazônia não é tarefa fácil, pois exige do pesquisador uma postura de desprendimento para lidar com as dificuldades de acesso e comunicação, além daquelas que a própria natureza impõe e que exigem uma série de cuidados para que o pesquisador não coloque sua saúde e vida em risco. As longas distâncias, intempéries ambientais e custos exorbitantes de acomodação e deslocamento são elementos que exigem motivação para além do habitual. A disponibilidade de verba e apoio logístico são fatores críticos para estruturar a pesquisa, pois ela só se iniciará se houver verba para subsidiar o transporte oneroso para percorrer as longas distâncias (CALEGARE; HIGUCHI; FORSBURG, 2013).

Durante a coleta de dados em campo, o transporte por via terrestre foi feito por meio da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que disponibilizou carros para locomoção até o município de Iraduba. A colaboração da UEA foi possível em virtude da realização de um

projeto de extensão sobre saúde da mulher, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Socorro Nina, que estava sendo executado paralelamente por acadêmicos de medicina da universidade na mesma localidade. Para o transporte por via fluvial, recebemos apoio do Hotel Evolução Ecolodge, um hotel de selva que fica dentro da RDS, que também nos ofereceu gratuitamente a estadia, (quando era necessário pernoitar) e as principais refeições.

As vans disponibilizadas pela UEA ficam à disposição para atividades de toda a universidade, portanto, nem sempre conseguíamos conciliar a disponibilidade do transporte da universidade com o transporte fluvial oferecido pelo hotel, ficando dependentes do auxílio dos comunitários que tinham embarcação para realizar o deslocamento até a localidade. Quando a locomoção era feita pelos moradores, o valor do combustível da embarcação era custeado pelas professoras e os acadêmicos. Sem o auxílio do hotel, as refeições e estadia também dependiam de financiamento próprio. O apoio financeiro recebido durante a pesquisa foi concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), no entanto, a verba foi disponibilizada quando as idas ao campo estavam sendo finalizadas.

O valor do deslocamento fluvial até as comunidades da RDS varia, devendo considerar a distância percorrida e o motor que será utilizado (dependendo da potência, o motor da embarcação pode ser menos ou mais econômico). No período das visitas de campo, o preço do combustível usado nas embarcações sofreu oscilações, ficando entre R\$10,00 e R\$12,00 (por litro) na localidade. O tipo de embarcação deve ser escolhido de acordo com a sazonalidade e levando em conta as condições de tráfego (CALEGARE; HIGUCHI; FORSBERG, 2013), pois o acesso às comunidades ribeirinhas ocorre predominantemente por via fluvial, podendo ser dificultado no período de seca dos rios. Por outro lado, o período chamado de inverno amazônico conta com uma precipitação elevada de chuvas na época de dezembro a abril, tornando o deslocamento mais perigoso (CALEGARE; HIGUCHI; FORSBERG, 2013).

Outro fator importante que interferiu na coleta de dados foi a pandemia da COVID-19, pois a universidade, que forneceu o transporte terrestre, teve suas atividades interrompidas temporariamente por decreto estadual em virtude da 2ª onda de COVID-19, concomitante com surtos de gripe que atingiram o estado do Amazonas no final de 2021 e início de 2022. Ao retomar as atividades presencialmente, tivemos que seguir todos os protocolos sanitários durante a realização da pesquisa, como uso de álcool, máscaras e evitar aglomerações. Todos esses fatores mostram que, além de se deparar com uma cultura diferente, cujos códigos podem

não ser facilmente compreendidos e apreendidos, realizar pesquisa em uma comunidade ribeirinha exige financiamento, apoio logístico, local disponibilizado por órgãos governamentais e/ou não governamentais, apoio dos líderes da comunidade, dos moradores e, sobretudo, da motivação do pesquisador (CALEGARE; HIGUCHI; FORSBERG, 2013).

Embora o desenho metodológico da pesquisa seja pensado cuidadosamente, considerando toda a logística necessária para que os objetivos da pesquisa sejam alcançados, a realidade se impõe durante o trabalho por meio dos imprevistos cotidianos, confrontando a equipe de pesquisa e exigindo deixar de lado aquilo que foi prescrito, pensado antecipadamente, tendo que reformular algumas ações a partir das demandas e da complexidade do contexto. Logo, para lidar com o real do trabalho na pesquisa em contextos rurais, é fundamental compreender que este trabalho, assim como os atores envolvidos e o lugar, estão em constante movimento, demandando do pesquisador uma postura flexível e criativa que permita repensar as formas de atuação constantemente.

3.5 Participantes da pesquisa

As participantes foram mulheres que trabalham na agricultura familiar e residem na RDS do Rio Negro. Foi usado o critério de acessibilidade (pela facilidade de acesso a elas) e através da técnica de amostragem *snowball*, ou “bola de neve”, que permite que se alcancem populações pouco conhecidas ou de difícil acesso usando rede de referências e indicações (VINUTO, 2014). Os critérios de inclusão foram: mulheres com idade superior a 18 anos; e que trabalham na agricultura familiar. Os critérios de exclusão foram: mulheres que se recusaram a seguir os protocolos de prevenção contra a COVID-19 durante a entrevista (uso de máscara e álcool 70%). Cabe destacar que todos os protocolos de prevenção foram seguidos, assim como foram disponibilizados os itens de proteção necessários.

3.6 Método de análise

Minayo (2014) propõe diferentes tipos de análise de conteúdo: de expressão, das relações, de avaliação, de enunciação e a categorial temática. Esta última, foi utilizada para análise de dados deste projeto. Consiste em descobrir os núcleos de sentido presentes em uma comunicação, cuja presença ou frequência tenham um significado para o objeto analítico visado, ou seja, se encaminha para a contagem de frequências das unidades de significação como decisivas do caráter do discurso, utilizando-a de forma mais interpretativa, ao invés de

fazer inferências estatísticas. A Análise Categorical Temática é dividida em operações de desmembramento do texto em unidades e categorias para que posteriormente sejam reagrupadas analiticamente. Sendo assim, após a transcrição das entrevistas, operacionalmente seguimos as seguintes etapas para análise dos materiais e identificação das categorias (trabalho, processo saúde-doença e ambiente):

1ª) Pré-análise: consiste na escolha dos documentos a serem analisados e podem ser compostas pela leitura flutuante (contato exaustivo com o material); organização do corpus (organização do material de modo que responda a algumas normas de validade como exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência) e; formulação de hipóteses e objetivos em relação ao material qualitativo. Nesta fase também se determina a unidade de registro (palavra-chave ou frase), a unidade de contexto (delimitação do contexto de compreensão da unidade de registro), os recortes, a forma de categorização, modalidade de codificação e os conceitos teóricos que irão orientar a análise.

2ª) Exploração do material: consiste na operação de codificação que, para Bardin, consiste na transformação dos dados brutos a fim de alcançar o núcleo de compreensão do texto. A análise temática tradicional trabalha primeiro com o recorte do texto em unidades de registros, em segundo, escolhe regras de contagem e em terceiro, realiza a classificação e a agregação dos dados.

3ª) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: os resultados brutos são submetidos a operações estatísticas simples (porcentagens) ou complexas (análise fatorial) que permitem colocar em relevo as informações coletadas. A análise propõe, a partir disso, inferências e interpretações previstas no seu quadro teórico ou abre pistas em torno de dimensões teóricas a partir da leitura do material.

Nota-se, portanto, que a análise temática é formal e mantém sua crença na significação da regularidade, transpirando as raízes positivistas da análise de conteúdo tradicional, que trabalha com inferências estatísticas no lugar de trabalhar com os significados (MINAYO, 2014).

3.7 Princípios éticos

Ressalta-se que o caráter para participação foi voluntário e houve a apresentação da proposta do projeto às lideranças e participantes da pesquisa antes da realização da coleta de

dados. Além disso, as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), baseando-se nas normas da Resolução nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. A coleta de dados só foi iniciada após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP. (Nº 54107921.0.0000.5020).



Figura 6. Casa inundada pela cheia de 2022. Ao fundo, a UBS da localidade (Foto da autora).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A complexidade e os significados do trabalho para as agricultoras

O trabalho é um importante objeto de debate na comunidade científica, visto que existem diferentes concepções sobre o conceito, suas funções sociais e para os sujeitos. Estas controvérsias derivam de um histórico-centrismo que assimila as questões do trabalho ao salário e emprego (LHULLIER, 2005). Se as características do trabalho são a troca por um salário, o tempo imposto, o contrato de subordinação ao empregador e execução de tarefas definidas, sancionadas e organizadas por terceiros, num espaço que é separado da esfera doméstica e política, pode-se afirmar que o salariado não cobre todo o trabalho, pois o trabalho doméstico, voluntário, sindical e político, por exemplo, são evocações da necessidade de uma distinção entre noções de trabalho e emprego (LHULLIER, 2005).

De acordo com Sato, Bernardo e Oliveira (2008), a complexidade do trabalho rural pouco tem sido explorada pela psicologia, pois a questão do trabalho voltou-se às necessidades gerenciais e do mercado formal e, apenas recentemente, passou a ser reconhecido que o mercado formal engloba somente parte do trabalho e das atividades econômicas capazes de gerar renda. Contudo, tendo um olhar mais atento a partir do cotidiano, fica evidente os distintos modos de trabalhar que vão além das linhas de produção fordistas. Sendo assim, o olhar mais atento da pesquisa foi direcionado ao cotidiano de trabalho das mulheres agricultoras da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro. No geral, as atividades desenvolvidas na RDS atualmente são voltadas para a agricultura de subsistência e comercial, pesca de subsistência e comercial, extrativismo madeireiro e não-madeireiro, manejo florestal madeireiro voltado para o artesanato e o turismo sustentável de base comunitária (SEMA, 2017).

Em relação ao turismo, muitos moradores locais trabalhavam no hotel de selva Ariaú Amazon Towers, localizado no município de Iranduba-AM, que foi inaugurado em 1986. No entanto, em virtude das dívidas milionárias, o hotel foi à falência e fechou as portas em 2015 (G1 AM, 2022). A falência do hotel teve um impacto significativo, visto que ele era responsável pela geração de renda para muitas famílias da localidade. Atualmente, além das atividades mencionadas, existe um grupo de pequenos empreendedores que trabalham na produção e comercialização de produtos utilizando matérias-primas da Amazônia, além de existirem outras pousadas na região que são administradas por moradores da RDS. Apesar da diversidade de atividades realizadas na localidade, buscamos compreender o significado do trabalho para as

mulheres agricultoras da RDS. As falas abaixo demonstram que o trabalho foi associado à saúde e à independência pessoal e/ou financeira:

“Ah, trabalhar pra mim é uma atividade. Porque se a gente para a gente engorda muito, né? [...]” (Entrevistada A).

“Trabalhar, pra mim, significa a minha independência financeira e também de várias coisas. Eu sempre trabalhei na minha vida, então trabalho é tudo, tá ali junto com a saúde, tudo junto. Se eu ficar doente, eu não for trabalhar, eu já fico ali pensando. Uma coisa liga a outra.” (Entrevistada B).

“Eu vou pra ajudar minha mãe, né? Mas gostar, eu não gosto não” (Entrevistada C).

*“O bom da gente trabalhar é que a gente tem o que é da gente, né? For depender só de uma pessoa fica ruim de ter o que a gente quer, aí eu prefiro ir **ajudar** também [...]” (Entrevistada D).*

“Se eu não trabalhar, eu não tenho como comprar uma sandália pra minha filha, uma roupa pra mim, uma roupa pra ela, né? [...] E é isso! Pra mim é um meio de sobreviver, né? Se a gente não trabalhar, não tem o que comer.” (Entrevistada E).

A saúde pode ser compreendida, numa perspectiva ampliada, não como ausência de doença, mas como possibilidade de criação e invenção de estratégias e saídas para situações adoecedoras. O termo saúde vai além do funcionamento interno de um organismo, incluindo também o ambiente construído ao agir no mundo. Logo, a forma como o sujeito se organiza e se relaciona é um fator fundamental para pensar sobre saúde (BRASIL, 2011). Neste sentido, as mulheres trazem definições vitalistas para associar o significado do trabalho à boa disposição para a vida diária e suas atividades, sobretudo o trabalho. Este trabalho é visto como gerador de saúde por permitir que as trabalhadoras sejam inventivas e criativas, além de constituir uma estratégia de saída de situações adoecedoras, conforme visto na fala de uma das entrevistadas:

“Hoje eu sou só artesã [...]. Eu trabalho fazendo artesanato desde criança, só que... eu mudei pra Manaus pra estudar, e aí quando eu voltei, já voltei trabalhando com sementes [...]. Essa volta com a semente já foi uma terapia ocupacional indicada porque eu voltei de lá doente, e aí foi uma terapia ocupacional. Hoje eu tô bem, graças a Deus! Já não tô mais tomando medicação, mas continuo com o artesanato, que é uma coisa que... vai criando, que ocupa a mente mesmo.” (Entrevistada B).

Além de ser gerador de saúde, o trabalho também estimula a autonomia dessas mulheres. O termo *autonomia*, segundo Abbagnano (1998, p. 97), tem origem nas obras de Kant e é definido como “a independência da vontade em relação a qualquer desejo ou objeto de desejo e a sua capacidade de determinar-se em conformidade com uma lei própria, que é a da razão”. A vontade, a qual Kant se refere está, no entanto, condicionada a vários fatores responsáveis, inclusive, pela formação psíquica dos indivíduos (SIQUEIRA, 2013). Este processo de autonomização é complexo e implica num deslocamento do sujeito àquilo que

interiorizou do outro, pois cada sujeito individual nasce sob o regime da heteronomia. Ou seja, o sujeito inicia a sua vida sob leis, normas, valores e ideais que o precedem. Sair da heteronomia requer uma mudança de economia psíquica, dado que esta mudança não se produz naturalmente com o passar do tempo e é um trabalho subjetivo de desconstruir as representações do outro (OLLIVIER, 2005).

Um exemplo dessa tentativa de desconstrução de representações sociais e da construção de uma autonomia não só individual como coletiva, é percebida na fala de uma entrevistada que afirma ter um projeto para que as mulheres da sua comunidade também sejam independentes:

“É um projeto que a gente trabalha com garrafas PET [...]. Então tô começando agora esse projeto pra incentivar essa mulherada que às vezes precisa de um absorvente, de uma calcinha e tem que pedir, entendeu? [...]. Então, que esse projeto seja só um incentivo pra elas conseguirem um dinheiro e serem donas da vida delas. É o meu sonho isso.” (Entrevistada B).

O trabalho destas mulheres, portanto, é um ato de resistência a essas representações sociais que frequentemente associam o trabalho feminino apenas à esfera reprodutiva, que são tarefas fundamentais à manutenção da vida e relacionadas à gestão do espaço doméstico. O trabalho das agricultoras também auxilia na construção da identidade dessas protagonistas. No plano conceitual, o termo identidade é utilizado, mas não definido, pois é uma noção com muitas acepções, mas de contornos imprecisos (GAULEJAC, 2005). É uma noção multirreferencial e complexa que é recusada por certos autores, tanto que, na atualidade, os teóricos integram uma visão dinâmica e dialética, preferindo evocar *processos identitários* mais do que uma entidade que evoca permanência e estabilidade. A aquisição da identidade não é, portanto, uma construção linear, mas um processo dialético da relação sujeito/objeto (GAULEJAC, 2005).

A identidade, concebida aqui como um processo, é objeto de uma procura constante através de um movimento duplo de individuação e identificação, e é nesse processo que se desenvolve a procura de um equilíbrio que permite emergir um sentimento consciente de especificidade individual a partir de e para além da diversidade das identificações (LHULLIER, 2005). A fala de uma das entrevistadas demonstra a afirmação da sua identidade a partir do reconhecimento pela comunidade do seu trabalho como artesã:

“Não tem um “a fulana”, é sempre “a fulana, mulher de fulano”, entendeu? Isso me intriga muito [...]. Hoje o povo me vê mais como a menina do Sapopema, né? [...] eu

já deixei de ser “a filha do Seu Fulano”. Agora sou a Entrevistada B do Sapopema. Antes eu era “a Entrevistada B, filha do seu Fulano.” (Entrevistada B).

A construção da identidade por meio do trabalho leva o sujeito a manifestar, criar e fazer reconhecer sua singularidade através de suas práticas. Contudo, esta busca identitária, conforme visto na fala acima, implica sempre numa relação com o outro para que o indivíduo possa definir-se e reconhecer-se. A busca identitária parte, sem dúvida, de exigências narcísicas, mas apoia-se no laço social e suas mediações, sendo esta mediação o trabalho (LHULLIER, 2005). A inscrição social num grupo de pertença é a condição da validação das práticas e do reconhecimento social e pessoal. O reconhecimento social oferece um lugar aos seus membros e legitima a sua contribuição para o objeto de trabalho, pois trabalhar é fundamentalmente uma relação com outrem, visto que a atividade pressupõe o reconhecimento e a validação (LHULLIER, 2005). Ao serem questionadas se sentem-se valorizadas pelo trabalho na agricultura, foi dito o seguinte pelas entrevistadas:

“É valorizado. A gente aproveita tudo, né? E aí quando a gente tem uma oportunidade de vender, a gente vende, né? Pra mim, essa feira aqui foi muito boa.” (Entrevistada A).

“Pelas pessoas quem vem de fora sim [...]. Bizarro, né? Mas é [...]. Eu nunca vi pra área que eu moro uma ajuda, principalmente pras mulheres empreendedoras. Eu nunca vi.” (Entrevistada B).

“Acho que não. A mulher trabalha, trabalha e ninguém valoriza o trabalho dela, né? (Entrevistada C)

“Pra muitas, acho que tem gente que acha (que sim), tem muitos que não acha não (Entrevistada D).

“Acho que não. Muitos são, muitos não são. Porque a gente não tem, por exemplo, um financiamento da agricultura familiar, da agricultura... tipo assim, que nem eu, poderia ter um financiamento. Já tentei e não consegui um financiamento pra pagar uma pessoa pra roçar pra mim, né? Porque não tem como eu pagar, né? E eu acho assim, que não é valorizado [...]. Que nem eu que já fui várias vezes no IDAM² de Iranduba [...]. A gente vai lá e eles dizem “Ah, a gente vai marcar pra gente ver como que é lá e tal, e depois pensar no financiamento” [...]. Eu acho que falta apoio com certeza. Das mulheres e no geral também, né? Porque tem gente que cria peixe na nossa comunidade e eles não vão lá pra ver o peixe como que tá, o que é que falta [...]” (Entrevistada E).

A dinâmica do reconhecimento/não-reconhecimento coexiste, visto que algumas mulheres sentem que o seu trabalho é valorizado pela própria comunidade ou pessoas “de fora”,

² Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM) é uma autarquia que se faz presente em todo o estado e tem como finalidade supervisionar, coordenar e executar atividades de assistência técnica, extensão agropecuária e florestal, no âmbito das políticas e estratégias dos governos Federal e Estadual para os setores agropecuário, florestal, pesqueiro e agroindustrial (IDAM, 2022).

enquanto outras sentem que o seu trabalho não é valorizado, inclusive no que se refere ao apoio governamental, que carece de políticas de financiamento que cheguem até essas mulheres agricultoras. O reconhecimento pode ser compreendido não só como uma forma de retribuição simbólica decorrente da contribuição do sujeito pelo engajamento de sua subjetividade e inteligência no trabalho (LIMA, 2013), como também pode advir do próprio trabalhador, que reconhece o que faz como algo maior, que tem importância social.

Conforme afirma Carreiro (2001, p. 108), é “a partir do reconhecimento de nosso lugar de atores sociais (enquanto sujeitos individuais ou coletivos), capazes de contribuir, seja para a evolução social, seja para a sua involução, que poderemos reconhecer nossas possibilidades instituintes”. Ou seja, ao assumir esse lugar, o sujeito admite o trabalho como construtor de identidade e realização pessoal. Independente do reconhecimento externo, as agricultoras compreendem a importância do trabalho para si e para a comunidade:

“Pra mim é o meu remédio todos os dias [...]. Eu consigo tirar dali a força pra continuar, pra sustentar o meu filho, pra... não precisar de ter um homem do lado pra fazer as coisas.” (Entrevistada B).

“Acho. Um pouco. Mais ou menos (importante). Assim, como te falei, eu gosto de ajudar minha mãe, né? Por isso eu acho legal também trabalhar nisso (Entrevistada C).

“Eu gosto de ir. Tô aqui, mas era pra eu tá lá. A Fulana falou que vinha uma menina aqui falar comigo, aí eu fiquei aqui esperando [...]. Mas eu não fico em casa. Eu gosto de tá (no roçado) fazendo alguma coisa (Entrevistada D).

“Pra mim é muito importante, né? Porque além de eu me alimentar com meus produtos, da farinha, tapioca, meu beiju, eu vendo pra comunidade, pra outras pessoas que precisam, né? E assim, pra mim é muito importante.” (Entrevistada E).

Este trabalho, portanto, torna-se fundamental não só por estar associado à saúde e autonomia, como por representar a subsistência dessas agricultoras e da comunidade. O sentimento de produzir solidariamente, apropriando-se da matéria-prima local, concede importância para a sobrevivência não só econômica (CHAVES; RODRIGUES, 2016), pois a atividade está amparada em valores culturais que colocam em jogo não só a aglomeração de recursos, mas, sobretudo, o desenvolvimento coletivo, onde o sujeito participa do bem estar coletivo. Como afirma Chaves e Rodrigues (2016), é nesse tipiti³ de forças políticas, econômicas e culturais que a mulher agricultora ribeirinha busca sua emancipação e visibilidade

³ Tipiti é uma espécie de prensa ou espremedor de palha trançada usado para escorrer e secar raízes. O objeto é utilizado na secagem da massa de mandioca para produção de farinha pelos povos tradicionais da Amazônia (FREITAS, 2019).

social através da convivência com o meio que a acolhe e fornece elementos para o seu trabalho, sendo este marcado pela interação respeitosa com a matéria-prima, o coletivo e a vivência de experiências.

Mesmo que as mulheres acreditem que o seu trabalho nem sempre é reconhecido, compreendem a sua importância e persistem diante dos desafios impostos ao real do trabalho no roçado. O real pode ser compreendido como uma resistência ao prescrito e um encontro com o inesperado, com problemas e situações para os quais não estamos preparados (LHULLIER, 2005), pois os recursos e as técnicas que dispomos para realizar a tarefa revelam-se insuficientes. O real põe à prova os desejos do sujeito e revela o desvio entre as representações da situação de trabalho e a realidade (LHULLIER, 2005). A realidade do trabalho das mulheres agricultoras da RDS é permeada por dificuldades, contudo, os obstáculos são contornados de forma astuciosa e criativa, conforme observado na fala das entrevistadas:

“Ah, a dificuldade é só a questão do mantimento, né? Pra trabalhar a gente não tem a estufa, né? Aquela cobertura que a gente faz [...] e nós não temos, né? É a céu aberto [...]. É porque quando tá muita chuva as planta murcha, e quando dá muito sol elas também murcha. E na estufa não, ela é todo tempo verdinha [...]. A gente faz com madeira. A gente cobre com palha, dá um jeito.” (Entrevistada A).

“Eu acho que a maior dificuldade pra mim, hoje, é o beneficiamento do açaí, que eu ainda não tenho. Então na minha casa tem bastante açaí [...], mas eu não consigo beneficiar a semente por ela ser pequena. E aí, no caso, eu tenho que ter a polideira, né? [...]. Eu não tenho. Tudo é manual ainda. Então eu compro, sendo que eu tenho o açaí, mas não consigo beneficiar, entendeu? Essa é minha dificuldade.” (Entrevistada B).

“A dificuldade que eu vejo é só pra roçar, né? Porque às vezes eu não acho gente pra roçar pra mim. Essas são as dificuldades [...]. Eu pago pra roçarem pra mim, depois eu vou só plantar, né? [...]. Não pode ficar parada.” (Entrevistada E).

As dificuldades mencionadas pelas agricultoras as levaram a uma reavaliação das representações que orientam suas atividades para que pudessem ser realizadas. Na falta de materiais, as mulheres encontram outras alternativas para realizar o trabalho, como pagar outra pessoa para roçar o terreno, usar madeira e palha para improvisar uma estufa ou comprar a semente do açaí já polida, visto que não tem o equipamento para “beneficiar” a semente. Logo (DEJOURS, 2012), o trabalho não pode ser reduzido a um mero processo de execução e reprodução de prescrições, pois envolve os gestos, o saber-fazer, o engajamento do corpo, a capacidade de refletir, interpretar e reagir em diferentes situações, bem como a mobilização da inteligência.

Essa forma específica de inteligência mobilizada pelo sujeito é denominada inteligência prática, que envolve cognição e afetividade ao transgredir a organização do trabalho (VASCONCELOS, 2013). Ela consiste no emprego da experiência no sentido da criação de algo novo, ou seja, partindo de uma experiência vivida e experimentada previamente na situação de trabalho, o corpo do trabalhador percebe o acontecimento, problematiza-o e propõe soluções possíveis. A inteligência prática, portanto, está enraizada no corpo, pois inclui um conhecimento corporificado, cultural e histórico. Este corpo reage de forma econômica a fim de poupar esforço e sofrimento para atingir resultados com o mínimo de energia investida (VASCONCELOS, 2013). No cotidiano de trabalho das agricultoras, é visível a mobilização dessa inteligência prática para realização das atividades, pois elas só são possíveis de serem realizadas a partir dos desvios, das transgressões e do desenvolvimento de outras estratégias de domínio.

Embora essas mulheres sejam polivalentes e encarem as dificuldades impostas ao trabalho de forma criativa e astuciosa, outra questão que perpassa e interfere no cotidiano é a divisão sexual do trabalho que, segundo Kergoat (2018), é uma forma de divisão do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos, que foi modulada histórica e socialmente. Essa divisão designa prioritariamente os homens à esfera produtiva, de modo que eles se apropriem de funções com maior valor social (políticos, religiosos, militares, por exemplo), enquanto as mulheres são relacionadas à esfera reprodutiva. A divisão sexual do trabalho está presente na dinâmica das comunidades da RDS. Ao serem questionadas sobre a existência de uma divisão entre trabalho de homens e mulheres, foi exposto o seguinte:

“A gente trabalha junto (no roçado). Em casa ele (marido) não faz nada. Em casa sou eu mesmo [...]. Dá um trabalho danado pra limpar.” (Entrevistada A).

“Pra você ver, hoje em dia não tem uma canoeira pra levar turista. Só é canoeiro homem, e a maioria das oportunidades são dadas ao homem. Eles acham que a mulher não tem o mesmo potencial. No nosso caso, a maioria das irmãs é mulher, a gente faz tudo, todos os trabalhos masculinos a gente faz, e lá na região o povo se admira que a gente faz o que num era pra fazer [...]. Mas eu acho injusto ter mais oportunidade pra homem que pra mulher [...]. Não tem uma trilheira, não tem uma mulher que vá à frente falar das árvores [...]. Ela conhece pra caramba, mas ela não vai só pelo fato de ser mulher. Não deixam.” (Entrevistada B).

“Tem gente que fala que esse trabalho (roçado) não é pra mulher não [...]. Eles falam que trabalho pra mulher é só ficar em casa, cuidar só de casa. Trabalho de fora e essas coisas é só pra homem.” (Entrevistada D).

Ao serem questionadas se os homens faziam serviços domésticos, as entrevistadas afirmaram que estes eram realizados exclusivamente por elas ou que os homens só realizam

esse tipo de atividade se elas estiverem ausentes. O processo de trabalho agrícola possui dimensões simbólicas que constroem os espaços sociais e de gênero. O trabalho do homem é central para produzir a autoridade masculina, pois se ancora no domínio e controle do processo de produção de conhecimentos que envolvem a gestão do fazer-aprender e do saber-fazer do(a) trabalhador(a) rural, e também se ancoram no planejamento e realização do ciclo produtivo, até regras de relacionamento com o mercado (ESMERALDO, 2013). Há uma ordem simbólica (moral) que se instala para reger o trabalho rural e qualificá-lo de forma diferenciada e hierarquizada. O trabalho produtivo constitui a identidade e autoridade masculina, e requer a omissão e invisibilidade do trabalho feminino no campo, que é considerado, comumente, como “ajuda” (ESMERALDO, 2013).

Para Kergoat (2018), existem duas modalidades de empregos que possibilitam a reprodução dos papéis sexuais: o modelo tradicional, que emprega que o papel na família e o papel doméstico são assumidos inteiramente pelas mulheres, enquanto que o papel de provedor é atribuído aos homens; e o modelo de conciliação, que visa articular as atividades familiares e domésticas com a vida profissional para que exista uma condição necessária de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, contudo, há uma distância considerável entre este modelo e a realidade, pois cabe quase exclusivamente às mulheres fazer essa conciliação. A divisão sexual do trabalho também tem dois princípios organizadores: o hierárquico, que considera que o trabalho de um homem “vale” mais que o trabalho de uma mulher; e o de separação, que considera que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres. Ambos os princípios são válidos em todas as sociedades conhecidas no espaço e no tempo, e podem ser aplicadas mediante um processo de legitimação e ideologia naturalista (KERGOAT, 2018).

Em relação ao princípio organizador de separação, um fator importante na lógica binária entre trabalho “pesado” *versus* “leve” é o atributo de “serviço perigoso” (MARCONDES et al., 2003), que são trabalhos que geralmente oferecem riscos e são realizados “tipicamente” por homens. Aceitar e subestimar os perigos acaba fazendo parte das atribuições de gênero, visto que “homem de verdade não teme o perigo”. O manuseio de peso, por exemplo, é um diferencial que distingue o trabalho “dos homens” do “das mulheres”, reafirmando as diferenças imputadas aos gêneros (MARCONDES et al., 2003). A menção à força física e à resistência são apresentadas na forma de pares de oposição, contrapondo sexo “forte/fraco”:

“É que o homem carrega o peso e a mulher não carrega, né? Eu sou uma que não carrego. Tem um monte que carrega e depois fica passando mal, com dor nas costas. Eu sou uma que digo que não carrego. Só vou, só faço plantar e capinar, mas negócio de carregar saco de mandioca não carrego não!” (Entrevistada D).

“O homem não é que nem nós, né? Nós é mais mole pra fazer as coisas. Agora o homem não, né? Faz mais do que a gente que é mulher.” (Entrevistada C).

É importante considerar que, embora os homens desloquem pesos e o esforço físico e trabalho muscular sejam mais intensos, estes esforços são esporádicos, ao passo que, nos trabalhos considerados femininos, estes são moderados, porém contínuos (MARCONDES et al., 2003). Essas diferenças e esse campo de investigação de aspectos como a virilidade, a docilidade, as masculinidades e feminilidades são fundamentais para compreender como essas características são exploradas no mundo trabalho, bem como suas consequências para a saúde das trabalhadoras rurais, pois essas divisões promovem desafios à promoção da saúde do trabalhador como um todo, dado que essas classificações contribuem para agravos “estereotipados” à saúde (MARCONDES et al., 2003). Embora a atribuição do trabalho doméstico às mulheres continue sendo um dos problemas de maior relevância quando se analisa as relações sociais de sexo e gênero (KERGOAT, 2018), nota-se que nem todas as mulheres da RDS se limitam ao espaço privado, visto que assumem papéis importantes nas suas comunidades e são protagonistas de suas histórias. Sobre a liderança feminina, as entrevistadas afirmaram o seguinte:

“Eu levantei essa nossa comunidade [...]. A primeira presidente fui eu. Trabalhei 26 anos. Quando eu saí da comunidade, eu deixei estrada, deixei telefone, deixei um vilarejo, casa de farinha, todas essas coisas assim, eu deixei [...]. Hoje é a minha filha. Hoje é ela (presidente) [...]. Depois que ela entrou... olha, tá indo de vento em polpa! Tá evoluindo muito mesmo a comunidade. Agora ela tá conseguindo o asfalto pra lá [...]. E ela tá trabalhando com agricultura, então ela incentiva o povo a fazer roça e vai atrás de semente também.” (Entrevistada A).

“Eu acho que a única liderança feminina que ainda representa mais é a minha irmã, a mais nova. Ela tá pra Cuiabá representando os ribeirinhos, e aí também o povo me tem como liderança lá [...]. Poderia ser mais. A maioria é muito de esperar pelo marido, o provedor da família [...]. E aí é isso, elas sempre tão na sombra do marido [...]. Eu fui numa comunidade fazer uma reunião pra implantar o projeto lá [...], pra independência financeira da mulherada lá, e aí foi muito “Ah, eu vou falar com o meu marido”, “Ai, eu vou ver se o pastor deixa”, entendeu? [...]. É o medo de desagradar. Ainda tem muito isso pra lá pra onde eu moro.” (Entrevistada B).

Apesar de um processo complexo entre significados culturais e limites impostos socialmente (VAN DER SCHAAF, 2003), as mulheres tiveram sua organização e posição social modificadas com a modernização, pois a forma rígida das funções desempenhadas pelas mulheres se flexibilizou, fazendo com que elas também assumissem posições de liderança. A

abrangência da função feminina com o trabalho na agricultura familiar possibilitou a manutenção da propriedade e, conseqüentemente, trouxe a emancipação das mulheres agricultoras por ser notório que suas atividades como produtoras rurais têm valor econômico e social (VAN DER SCHAAF, 2003). A propriedade a qual nos referimos (FRIGOTTO, 2008), não pode ser confundida com a privada capitalista, mas deve ser compreendida como o direito de todos os seres humanos de dispor de bens que lhes permite manter a vida humana. No sentido ontológico, é o direito de apropriar-se, transformar, criar e recriar - mediado pela ciência, conhecimento e tecnologia - através do trabalho. Sendo assim, é através deste trabalho como produtora rural que as mulheres conseguem garantir sua inserção social, tornando-se protagonistas importantes na transformação da sociedade civil e política.

Diante do exposto, percebe-se que a atividade de trabalho dessas mulheres tem um caráter social, não podendo ser apenas uma atividade solitária e que responde unicamente aos desejos individuais, visto que é subordinada a um fim coletivo, realizado com e para o outro sendo, também, objeto de conflitos, já que implica numa confrontação com o real físico e das relações sociais. O trabalho também teve seu significado associado à identidade, autonomia e saúde dessas mulheres, contudo, considerando as dificuldades e a complexidade do trabalho na agricultura, também buscamos identificar a compreensão das agricultoras sobre saúde, suas estratégias de enfrentamento em relação ao adoecimento, bem como os riscos e acidentes que o trabalho na agricultura oferece. Antes de tudo, é importante fazer uma breve contextualização sobre os serviços de atenção básica em saúde na RDS do Rio Negro.

4.2 Contexto e processo saúde-doença das agricultoras

A Atenção Básica (AB) ou Atenção Primária à Saúde (APS), é a porta de entrada que deve ordenar o acesso com equidade aos demais serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), pois é no atendimento básico que são solucionados cerca de 80% dos problemas de saúde da população (BRASIL, 2012). A APS é caracterizada por um conjunto de ações de saúde, no âmbito coletivo e individual, que abrange a promoção e a proteção da saúde, assim como prevenção de agravos, diagnóstico, tratamentos, reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde (BRASIL, 2012). No Brasil, a atenção primária é desenvolvida com alto grau de descentralização e capilaridade, ocorrendo nos lugares mais próximos da vida das pessoas. Para isso, as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) são instaladas estrategicamente perto

de onde as pessoas vivem para garantir acesso da população a uma atenção básica de qualidade (BRASIL, 2012).

Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, a única Unidade Básica de Saúde existente fica na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, e beneficia 14 comunidades ribeirinhas que fazem parte da RDS. Contam com uma equipe de saúde composta por médico, enfermeira, técnicos de enfermagem, dentista e agentes comunitários de saúde. Além disso, um ponto de Telessaúde foi implantado na UBS pela Fundação Amazônia Sustentável (FAS)⁴, com objetivo de superar dificuldades logísticas e de comunicação para que os usuários da RDS tenham atendimento à distância, reduzindo, assim, a necessidade de deslocamento até a cidade. O serviço de Telessaúde visa ampliar a resolubilidade da atenção básica e dar continuidade ao cuidado do usuário que necessita de atenção especializada (BRASIL, 2012). A equipe de saúde que atende na UBS da localidade (de terça à quinta-feira), é vinculada à Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) de Iranduba, e recebe semanalmente usuários de diversas comunidades que demandam atendimento presencial.

De acordo com a liderança da RDS, as demandas de saúde são significativas, e as relacionadas à saúde mental tiveram um salto durante a pandemia da COVID-19. Essas demandas foram identificadas a partir do censo demográfico e através de uma médica infectologista de São Paulo que realizou 122 atendimentos voluntários na época da segunda onda da pandemia de COVID-19, verificando a existência de situações de vulnerabilidade relacionadas à violência doméstica contra mulheres, violência sexual contra crianças e casos de desnutrição nas comunidades adjacentes. Além disso, foi ressaltado pela liderança que muitas famílias necessitam de visita domiciliar porque não têm condições financeiras para se locomover até a unidade de saúde, visto que algumas comunidades ficam a mais de uma hora de distância da UBS. Sobre a assistência básica à saúde, as entrevistadas pontuaram o seguinte:

"Aqui, ninguém vem não! Aqui é esquecido. Falar igual a mamãe, for de morrer, vai morrer aqui se não for lá pra outra vila atrás de recurso [...]. Aqui não tem recurso, nem poço não tem [...]. Não tem um posto, não tem escola, não tem um poço pra beber água..." (Entrevistada C).

"Vem só a moça que é agente de saúde. Outro dia vinha uma balsa pra cá, não veio porque nós não tinha água pra dar pro pessoal [...]." (Entrevistada D).

⁴ Fundada em 2008 e com sede em Manaus/AM, a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) é uma organização da sociedade civil e sem fins lucrativos que dissemina e implementa conhecimentos sobre desenvolvimento sustentável, contribuindo para a conservação da Amazônia (FAS, 2022).

A balsa, a qual uma das entrevistadas se refere são, na verdade, embarcações missionárias que levam atendimento médico, odontológico e psicológico aos ribeirinhos. Além das ações missionárias, há também o serviço das Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF) (BRASIL, 2012), que são embarcações que comportam Equipes de Saúde da Família Fluviais (ESFF) para atender à população ribeirinha da Amazônia Legal. No entanto, mesmo com a UBS, os barcos missionários e as Unidades de Saúde Fluviais, nota-se que a assistência básica não consegue atender as demandas de todos os usuários da localidade:

“Às vezes, quando adocece, a gente vem pra cá (UBS) ou vai logo pra Manacapuru pro hospital.” (Entrevistada A).

“Quando eu fico doente, geralmente vou pra Manaus, né? Porque aqui ainda é um recurso muito pouco, então quando eu fico doente mesmo, eu vou pra Manaus.” (Entrevistada B).

“Essa UBS aqui, eu acho que ela num é adequada, porque a gente vem e às vezes não tem o que a gente quer. Um soro pra tomar, uma medicação... então é melhor ir pra Manaus do que vim pra cá, né? [...]. Que lá eu sei que tem recurso, né? Vou pra lá porque tem vários hospitais, né? Várias UBS, aí eu vou pra lá.” (Entrevistada E).

A carência de recursos também recai sobre a equipe de saúde, pois em uma das visitas realizadas em 2021, com objetivo de acompanhar o trabalho da equipe da SEMSA, uma integrante relatou que não estavam realizando as visitas domiciliares às quartas-feiras em virtude da falta de combustível. Na ocasião, contou que a gasolina era calculada apenas para ida e volta da equipe, ou seja, caso surgisse alguma urgência ou emergência que necessitasse de transporte para a cidade de Iranduba ou Manacapuru, a equipe teria dificuldade para dar suporte pela falta de combustível. Nesses casos, a equipe acaba tendo que sair da RDS antes do previsto para conseguir prestar assistência médica ao usuário, ou então os próprios moradores se mobilizam e emprestam suas rabetas para prestar socorro.

A qualidade da atenção primária pressupõe que as necessidades de saúde, existentes ou potenciais, estão sendo atendidas de forma otimizada, tendo o conhecimento sobre a situação de saúde de determinada população e subpopulação (STARFIELD, 2002). Contudo, algumas demandas de saúde só chegaram ao conhecimento das lideranças e da equipe de saúde através do censo demográfico de 2021 e do trabalho voluntário da médica infectologista de São Paulo. O termo qualidade também é usado em sentido amplo para refletir a satisfação com os serviços, a qualificação do pessoal, os custos da atenção, a segurança, aparência agradável das unidades e a adequação dos equipamentos que contribuem para a prestação de serviços (STARFIELD, 2002). Ou seja, o conceito de qualidade deve ser visto como uma estratégia que envolve mais

do que prevenção e manejo enfocados na enfermidade. A satisfação com os serviços, por exemplo, não é, em si, uma medida de qualidade da atenção, mas pode estar indiretamente relacionada à qualidade, já que influencia na busca de determinados tipos de serviços que interferem no estado de saúde (STARFIELD, 2002).

Na RDS do Rio Negro, observa-se que a insuficiência dos serviços prestados na localidade faz com que os usuários busquem atendimento fora da reserva. Os próprios trabalhadores da equipe deparam-se com situações relacionadas à carência de recursos para realizar o seu trabalho. Cabe ressaltar também que, o único médico que atende na localidade é estrangeiro e faz parte do Programa Mais Médicos (PMM), do Governo Federal, que foi implantado em 2013 com o objetivo de reduzir a carência de médicos em regiões mais vulneráveis do país, fornecendo recursos humanos na área médica para o SUS (BRASIL, 2017). A carência de recursos pode ser um fator que contribui significativamente para que os profissionais da saúde não trabalhem em áreas rurais. Em virtude dessa escassez, o profissional que atua nessas áreas deve saber fazer uso das tecnologias do cuidado em saúde de forma coerente e contextualizada.

As tecnologias do cuidado em saúde são definidas como o conjunto de conhecimentos que o profissional detém, a maneira como ele interage com o usuário, bem como as estratégias utilizadas na operacionalização do cuidado (KOERICH et al., 2006). As tecnologias do cuidado podem ser classificadas em: leves, que são tecnologias de relações e estão associadas ao acolhimento e busca de autonomia dos sujeitos através de diálogo aberto e escuta qualificada; leves-duras, que compreendem conhecimentos técnico-científicos específicos (como a clínica médica, psicanalítica, epidemiológica); e as duras, que são representadas por equipamentos tecnológicos, normas, máquinas e estruturas organizacionais (MERHY, 2002). Uma formação voltada puramente para os aspectos biomédicos da saúde, acaba formando profissionais voltados para doença e dependentes de tecnologias duras, o que desencoraja prestadores de cuidados em saúde a residir e trabalhar nas áreas rurais (SAVASSI et al., 2018).

Na RDS do Rio Negro, observou-se que uso de tecnologias do cuidado leves são fundamentais, pois o vínculo que é estabelecido com a comunidade e a aproximação dos profissionais é imprescindível para que o conhecimento seja produzido na interação entre o profissional da saúde e os atores sociais (CAMPOS, 2017). Além disso, essa relação é

importante para a adesão e procura dos tratamentos. A fala de uma moradora da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, onde a UBS fica instalada, ilustra bem a importância do vínculo quando ela afirmou, em uma conversa informal, que estava com problema no joelho e não procurou a fisioterapeuta que estava na UBS porque não sabia que tinha. Complementou dizendo que a equipe de saúde não sai de dentro da UBS para andar pela comunidade e que “falta uma assistente social, uma enfermeira que seja amiga da comunidade” (sic.), pois “às vezes, a gente não precisa de remédio, precisa só de uma boa conversa” (sic).

Segundo Savassi (2018), é necessário discutir as particularidades da saúde rural e da prática profissional para construir políticas públicas contextualizadas, pois a ênfase na perspectiva biomédica tende a perpetuar a natureza urbanocêntrica dos serviços de saúde, com superlotação e sobrecarga da atenção secundária e terciária. A carência de serviços acaba conduzindo a uma diminuição da qualidade dos cuidados e da vida da população rural. Nesse sentido, garantir o acesso à saúde de qualidade em contextos rurais é uma forma de justiça social. O acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde é garantido pelo artigo 2º da Lei 8.080/1990, que prevê a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência. A universalidade, apresenta-se não só como o direito garantido à saúde por meio de políticas públicas, como para o direito à vida e igualdade de acesso sem distinção ou qualquer forma de discriminação (BRASIL, 1990).

Sem dúvida, o acesso é um dos pontos essenciais da assistência à saúde em áreas rurais para que seja possível atender os usuários seguindo o princípio da equidade, que diz respeito a investir onde a iniquidade é maior, tratar desigualmente o desigual, atentando para as necessidades individuais e coletivas (BRASIL, 1990). Sendo assim, compreendemos que as populações rurais são vulneráveis em virtude das dificuldades de acesso geográfico, financeiro ou socioeducativos. Outros fatores também devem ser considerados quando falamos sobre acesso à saúde em áreas rurais como, por exemplo, a sazonalidade das chuvas, as barreiras geográficas, a distância, o tipo e horários do transporte, as barreiras físicas (açudes, dunas, rios, igarapés) e o tempo do deslocamento (SAVASSI, 2018).

As especificidades do meio rural refletem as próprias definições formais e burocráticas destas localidades. As distâncias maiores entre a unidade de saúde e os locais de vida das pessoas se refletem em situações que demandam maior flexibilização de horários, de estratégias de acessibilidade, de maior frequência e diferentes critérios para visitas domiciliares, do uso de pontos de apoio para atendimento, tanto formais (postos de saúde de apoio ou também as chamadas bases

complementares) quanto informais (salões de igrejas, comunitários ou outros), e de uma maior demanda por transporte terrestre ou fluvial (SAVASSI et al., 2018, p. 57).

Diante do que foi exposto, observa-se que ainda existem iniquidades no meio rural que fazem com que amplos setores da população vivam em condições de pobreza e não tenham acesso aos bens essenciais à saúde. Destaca-se que a pobreza não é apenas a falta de acesso a bens materiais, mas a vulnerabilidade decorrente da falta de oportunidades e possibilidades que se manifestam na falta de emprego, moradia, alimentação, saneamento básico, educação, serviços de saúde, mecanismos de participação popular para construção de políticas públicas, assim como a ausência de resolução de conflitos que agravam a violência no campo, bem como a precariedade de relações ambientais sustentáveis (BRASIL, 2013). Parte dessas vulnerabilidades mencionadas fazem parte do cotidiano dos moradores da RDS.

A multiplicidade de fatores inseridos nas dinâmicas da RDS do Rio Negro interfere significativamente no processo saúde-doença desta população, especificamente das mulheres. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), estes ‘fatores’ ou ‘circunstâncias’ (que são condições de vida, saúde, trabalho, moradia, entre outros), são denominados Determinantes Sociais da Saúde (DSS). Partindo do modelo proposto por Dahlgren e Whitehead (1991) e Solar e Irwin (2010), este novo marco conceitual foi apresentado pela OMS em 2010, mas só foi legitimado na Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde em 2011 (BUSS; FILHO, 2007). O enfoque dos Determinantes Sociais da Saúde teve ampla difusão e foram bem acolhidos globalmente (BORDE; HERNÁNDEZ-ÁLVAREZ; PORTO, 2015), pois graças à mobilização ao redor dos DSS que as iniquidades sociais em saúde são reconhecidas como evitáveis, injustas e desnecessárias (CDSS, 2010).

Contudo, os modelos sobre DSS sofrem fortes críticas no campo da saúde coletiva e da medicina social latino-americana por fazer uma leitura fragmentada e reducionista da vida social, dificultando uma compreensão ampla sobre a pluralidade de processos envolvendo a dinâmica da relação saúde-doença (BREILH, 2013). As críticas apontam que a abordagem utilizada pela OMS situa as estruturas sociais como variáveis, ao invés de entendê-las como categorias analíticas do processo de produção e reprodução social, ocultando, assim, categorias de análise que são importantes para as ciências sociais como a análise crítica sobre a acumulação capitalista e a dinâmica social da sociedade de mercado, bem como seus impactos em relação à exploração da vida humana e natural, além da reprodução ampliada das desigualdades (BREILH, 2013). Além disso, é discutido que as saídas para os impactos dos

DSS são reduzidas a uma perspectiva de superação das desigualdades sociais em saúde à esfera da melhoria das condições de vida e possibilidade de repartir recursos, não reconhecendo, assim, o quanto à acumulação capitalista não é compatível com modos saudáveis de vida (BREILH, 2013).

Em contraponto ao modelo de Determinantes Sociais de Saúde, a Determinação Social do Processo Saúde-Doença ganhou força em meados da década de 70, sobretudo na América Latina, palco do desenvolvimento de processos de exclusão social devido à adoção de determinadas políticas socioeconômicas (FRACOLLI; BERTOLOZZI, 2001). Como resposta à situação de precariedade das populações, desenvolveu-se o embrião latente da denominada Medicina Social, a Teoria da Determinação Social do Processo Saúde-Doença, que busca compreender os fenômenos sociais e de saúde relacionando a forma como a sociedade está organizada às manifestações de saúde ou doença (FRACOLLI; BERTOLOZZI, 2001). A teoria, portanto, enfatiza a estrutura socioeconômica para explicar o processo saúde-doença de maneira histórico-dialética, ou seja, estabelece uma relação direta entre o processo saúde-doença e a dinâmica de produção capitalista (SILVA; BICUDO, 2022).

Na Determinação Social, o processo saúde-doença compõe uma dinâmica maior, referente à vida das pessoas, que está intrinsecamente ligada ao acesso às necessidades para viver (moradia, educação, lazer, saúde, alimentação, entre outros). Em uma sociedade como o Brasil (FRACOLLI; BERTOLOZZI, 2001), ter acesso e dispor de possibilidades maiores ou menores para o consumo depende da inserção no sistema de produção, ou seja, a saúde-doença depende, em última instância, do lugar que se ocupa na sociedade. Evidentemente, características particulares de cada indivíduo, conformadas através do genótipo/fenótipo, não devem ser deixadas de lado, mas a saúde não se reduz aos aspectos biológicos, devendo ser vista de modo ampliado, como algo que não se reduz à aparição de uma enfermidade ou à busca de um serviço de saúde, e sim como resultado de um processo complexo e dinâmico, produzido no interior da sociedade (FRACOLLI; BERTOLOZZI, 2001).

Nesse sentido, é fundamental entender a forma como os usuários dos serviços de saúde, seja em grupos sociais ou individualmente, compreendem o processo saúde-doença. Dito isso, buscamos entender o significado de saúde para as mulheres agricultoras da RDS do Rio Negro:

“Ter saúde é muito bom, né? Que a gente pode trabalhar, pode fazer tudo com saúde.” (Entrevistada A).

“Ter saúde? É tudo. Porque a gente sem saúde não tem como fazer nada. Eu digo isso por experiência própria.” (Entrevistada B).

“Significa tudo. Saúde em primeiro lugar, né? Pra mim, saúde é quando tá tudo bem.” (Entrevistada C).

“Ah! A saúde da gente em primeiro lugar, né? Se eu adoecer, eu não saio não.” (Entrevistada D).

“Pra mim, ter saúde é... poder trabalhar todos os dias e não sentir nada, né? Não sentir uma dor de cabeça, não sentir nada assim!” (Entrevistada E).

De acordo com as falas das entrevistadas, o significado de saúde está associado à ausência de doença e possibilidade de realizar o trabalho todos os dias. Etimologicamente, o termo saúde deriva de *salude*, vocábulo do século XIII, proveniente do latim *salus* (*salutis*), que significa salvação, conservação da vida, bem-estar e cura. Pode-se dizer que o termo “saúde”, portanto, está relacionado a um modo de existir harmônico e uma afirmação positiva da vida, aplicável a todos os seres vivos, especificamente à espécie humana (FRIGOTTO, 2008). Todavia, a definição predominante construída ao longo dos séculos se afastou da origem etimológica. Com a transformação progressiva da medicina em ciência, a produção de saberes da área voltou-se ao conhecimento das doenças, tendo como centro de suas pesquisas as patologias em sua origem ou causa, seja no exterior ou interior do corpo humano. Neste contexto, a terapêutica, como arte milenar de cura, sofreu um deslocamento do olhar epistemológico, tanto no plano da produção de evidências (saber) como no da intervenção clínica (prática), tornando-se secundária em relação à ciência diagnóstica (FRIGOTTO, 2008).

A definição de saúde, conseqüentemente, passou a significar ausência de uma patologia ou estar em parâmetros de normalidade sintomática. Essa concepção tornou-se hegemônica (predominante, não única) entre os profissionais da saúde, na sociedade civil e nas instituições, sobretudo nos órgãos encarregados de formar opinião pública (FRIGOTTO, 2008). Com a criação da Organização Mundial da Saúde (OMS), no fim da Segunda Guerra Mundial, as definições de saúde foram modificadas, tendo um caráter mais positivo e abrangente. Então, em 1947, a OMS definiu a saúde como “um estado de perfeito bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”. Embora a definição, até avançada para a época, busque associar as dimensões biológica, psicológica e social, no momento, ela é irreal e ultrapassada por visar uma perfeição inatingível e utópica.

Ainda que se recorra a conceitos “externos” de avaliação, como se trabalha em Saúde Coletiva, a “perfeição” não é definível, pois mesmo que se trabalhe com um referencial objetivista, isto é, com uma avaliação do grau de perfeição externa ao sujeito, estaríamos elevando o termo automaticamente a uma categoria que existe por si mesma, não estando sujeita a uma descrição dentro de determinado contexto que lhe empresta sentido a partir da linguagem e da experiência íntima (SEGRE; FERRAZ, 1997). Portanto, deve-se priorizar a subjetividade pois, conforme coloca Bion (1967), a realidade é de cada um. Só podemos falar de bem-estar ou perfeição para um sujeito que, dentro de seus valores e crenças, atribui sentido a tal uso semântico e o legitima. Sendo assim, não há rótulos de “boa” ou “má” qualidade de vida, embora a saúde pública necessite de “indicadores” para elaborar suas políticas (SEGRE; FERRAZ, 1997).

Posto isto, nos deparamos com uma contradição, pois entendemos que qualquer conceito não traduz a realidade, mas sabemos que eles são importantes para o direcionamento das práticas. Partindo dessa perspectiva, a crítica não é para definir o que é ou não é saúde ou doença, mas sim a forma como isso é feito, pois neste processo de definição de conceitos, a ciência foi utilizada como um dogma, excluindo as singularidades (SEGRE; FERRAZ, 1997). É fundamental compreender que, a partir de um conceito, não será possível englobar todas as variáveis, pois a ciência por si só, não alcançará a totalidade. O que precisa ser feito é entender a saúde-doença de forma abrangente, unindo a ciência a outras formas de pensar. Sobre isso, Czeresnia e Freitas (2009) afirmam que:

A saúde e o adoecer são formas pelas quais a vida se manifesta. Correspondem a experiências singulares e subjetivas, impossíveis de serem reconhecidas e significadas integralmente pela palavra [...]. A saúde não é objeto que se possa delimitar; não se traduz em conceito científico, da mesma forma que o sofrimento que caracteriza o adoecer [...]. No contexto da implementação das práticas de saúde mantém-se a tensão entre duas definições de vida: uma, a de nossa experiência subjetiva; outra, a do objeto das ciências da vida, do estudo dos mecanismos físico-químicos que estruturam o fundamento cognitivo das intervenções da medicina e da saúde pública. (CZERESNIA; FREITAS, 2009, p.42 e 46).

Desse modo, é possível se deparar com múltiplas definições e entendimentos sobre o que é saúde ou doença. Em algumas culturas, as concepções de saúde estão ligadas a paradigmas distintos dos dominantes na sociedade ocidental (FRIGOTTO, 2008). A medicina tradicional, por exemplo, está alinhada às características socioculturais de cada país ou região e orienta-se por intervenções terapêuticas e diagnósticas que não se enquadram na medicina convencional, atuando com outras lógicas e paradigmas a partir dos saberes e práticas populares

(FRIGOTTO, 2008). A medicina tradicional tem uma longa história de tradição e ancestralidade, somando conhecimentos, capacidades e práticas baseadas em teorias, crenças e experiências de diferentes culturas, que são explicadas ou não pelos métodos científicos atuais (BRASIL, 2018).

Na medicina tradicional amazônica, o uso de plantas medicinais é recorrente, visto que essas populações estão habituadas a enfrentar as enfermidades com seus próprios recursos, criando novas técnicas de uso e descobrindo novas finalidades para a biodiversidade a partir do seu cotidiano (SANTOS, 2000). Para as agricultoras, o uso dos “remédios do mato” surge como primeira opção para enfrentar o adoecimento:

“Uso remédio caseiro. Tomo muito remédio caseiro [...]. Pra gripe então... O remédio é o limão, o alho, mel de abelha, hortelã grande, a pílula é bastante coisa.” (Entrevistada A).

“Primeiro as caseiras (remédios), se não der jeito a gente vai... (pro hospital). A minha mãe fala que eu tenho um chá pra tudo.” (Entrevistada B).

“Uso chá e essas coisas [...]. A mamãe sabe fazer um monte de remédio. A gente toma e fica de boa.” (Entrevistada C).

“Nós faz remédio caseiro mesmo. De alho com limão, banho de folha pra gripe... é até difícil a gente ir no posto mesmo. Só é remédio caseiro. Minha sogra trabalhou na saúde, né? Aí ela tem um monte de planta desses negócio de remédios, aí ela faz ou manda a gente fazer tudinho.” (Entrevistada D).

“Remédio caseiro a minha mãe sabe fazer e eu também sei fazer. Chá de salva de marajó, chá de óleo elétrico, chá de capim santo, chá de erva cidreira, chá de casca de laranja misturado com salva de marajó que é bom pra dor de estômago, e a flor da cataléia que é bom pro pulmão... com querosene e outras... com diesel, querosene e a flor da cataléia que é bom pro pulmão também, né? A quinina de anta também misturada, faz um chá, né? Então, eu sei fazer também vários remédios caseiro, né?” (Entrevistada E).

Nota-se que as mulheres não excluem os cuidados da medicina convencional, visto que recorrem aos profissionais da saúde e às medicações não caseiras para o tratamento de doenças. Contudo, o uso da medicina tradicional, por meio dos remédios caseiros, é uma prioridade para combater as enfermidades no cotidiano das mulheres, pois é uma prática cultural barata e ancestral. Elas buscam o atendimento médico e as medicações quando a condição de saúde se torna mais complexa, até porque o deslocamento até a Unidade Básica de Saúde ou para o hospital mais próximo é trabalhoso e oneroso, exigindo que as mulheres tenham meios de transporte à disposição para conseguir chegar no local onde serão atendidas. Outro aspecto importante é o fato de que os remédios caseiros não são feitos, necessariamente, apenas de

plantas. As receitas também englobam elementos do cotidiano, tal como o querosene, diesel e mel, conforme foi mencionado pelas entrevistadas.

Há uma crença na existência de um “princípio ativo” presente nessas substâncias para que a cura ocorra. Os remédios caseiros, portanto, apresentam funções curativas e não preventivas, sendo considerados, algumas vezes, tão eficazes quanto as medicações da farmácia (SANTOS, 2000). O apego às tradições de cura nativas e a confiança depositada nos saberes e práticas não são só influenciados por elementos da cultura ancestral, como também são alternativas à carência de serviços públicos de saúde (SANTOS, 2000). Conforme afirma Santos (2008, p.107) acerca das medicinas não convencionais, é fundamental “identificar os contextos e as práticas em que cada uma opera, o modo como concebem saúde e doença e como superam a ignorância (sob a forma de doença não diagnosticada) em saber aplicado (sob a forma de cura)”.

Estes saberes constitutivos das tradições populares são assimilados de modo empírico e são característicos da cultura popular rio-negrina, exercendo poder sobre as formas adaptativas ao modo de vida da região a partir das necessidades impostas no cotidiano (SANTOS, 2000). Neste contexto, o conhecimento que as mulheres possuem sobre a biodiversidade é fundamental, pois cabe a elas a socialização através da aprendizagem de saberes ligados à floresta, à casa e ao roçado. Esses saberes relacionados a floresta e ao roçado também são essenciais para a realização do trabalho na agricultura, pois esse ambiente também oferece perigos que interferem diretamente no processo saúde-doença das agricultoras. Sobre os riscos e acidentes relacionados ao trabalho na agricultura, as entrevistadas disseram o seguinte:

“Pra colher é cobra, né? Tem muita cobra. Eu já fui picada de cobra [...]. Fui pro hospital. Passei um bocado de tempo doente, né? [...]. Senti muita coisa. Me inchou tudo, fiquei toda roxa, aí já fazia uns 4 anos que eu não menstruava, menstruei de novo [...]. Fiquei bem, mas aí o médico falou pra mim assim: “Por causa dessa picada de cobra, tá arriscado de a senhora pegar um derrame ou outra doença. A senhora vai tomar remédio e num vai morrer não”. Aí eu já tava ciente, né?” (Entrevistada A).

“O risco é quando a gente vai assim pra alguma feira de botinho, né? Você tem o risco de pegar um temporal porque a distância é grande [...]. Tem que ter cuidado também quando você tá fazendo as peças, pra você não largar o dedo lá na máquina [...]. Pra lapidar algumas peças como essa de castanha e outras, eu lapido no esmeril. Então você tocou, já tira a lapa do dedo [...]. Pra mata, tem que ir com atenção pra não pegar a picada duma cobra” (Entrevistada B).

“Só quando tá raspando mandioca [...]. Medo de se cortar. E quando a gente vai pra roça o medo é de cobra só.” (Entrevistada C).

“Eu penso assim que quando a gente tiver trabalhando o medo é de ver onça. Deus me livre de onça! Eu já vi de noite, mas eu fiquei com medo [...]. Mas a cobra que é o mais perigoso. Se a cobra morder, a gente tem que correr pro hospital que aqui num tem recurso.” (Entrevistada D).

“Muita chuva o risco é cobra, né? Um dia eu tava capinando e peguei numa cobra, né? [...]. Já fui mordida de cobra capinando roça [...]. No mato a gente vai de bota, né? Não vejo risco pra colher a matéria-prima que é o que a gente colhe na mata, né? Que é a base pra fazer os brincos também, fazer o colar, às vezes pulseira, né? E é isso [...]. Já cortei meu dedo do pé com a enxada. Mas não foi grande. A moça de lá da comunidade fez um curativo [...]. Eu já caí com um saco de mandioca, né? Mas também tomo o remédio que o médico passou e graças a Deus eu tô bem, né? Só não posso capinar muito agachada.” (Entrevistada E).

Além dos riscos e acidentes relatados, as mulheres queixaram-se de dores nos braços em virtude de movimentos repetitivos, dor nas costas (seja pelo fato de ficarem agachadas/ sentadas por horas ou por terem que carregar peso) e fraqueza no corpo. Embora a Norma Regulamentadora nº 31 (NR-31), que trata da segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura, busque tornar compatível o planejamento e desenvolvimento de atividades no ambiente de trabalho rural com a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho rural (BRASIL, 2005), ainda existem lacunas no que se refere ao acesso aos equipamentos de proteção, as ações educativas sobre saúde da trabalhadora rural, bem como orientações intensivas para adoção de medidas de prevenção que reforcem a importância do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) a fim de garantir a segurança durante as atividades diárias.

Tais acidentes correspondem a um problema de saúde pública que deve ser analisado cuidadosamente para que as ações de vigilância em saúde sejam efetivas, uma vez que a descoberta de riscos e o levantamento de acidentes de trabalho facilitam a intervenção epidemiológica, permitindo elaborar estratégias de controle e programas de prevenção voltados para as agricultoras (CARVALHO; SOUZA-SANTOS, 2005). Constatou-se, então, que o mesmo lugar que fornece a subsistência, a matéria-prima e a cura para algumas enfermidades, também pode oferecer riscos, que são inerentes ao ambiente onde vivem e trabalham essas agricultoras familiares. Sendo assim, podemos afirmar que o ambiente tem forte influência no modo de vida, trabalho e no processo saúde-doença dessas mulheres.

4.3 Relação das agricultoras com o ambiente

A palavra ambiente é definida em português como “tudo o que rodeia ou envolve por todos os lados os seres vivos ou coisas e constitui o meio em que se vive. É o conjunto de condições materiais, culturais, psicológicas e morais que envolve uma ou mais pessoas” (HOUAISS, 2009, p.183). Para a Psicologia Ambiental, que recebe influência teórico-metodológica da Psicologia Social e “volta-se para a forma que as pessoas sentem, pensam e vivenciam o espaço em que estão implicadas, pautando-se não somente na compreensão dos problemas ambientais, mas, sobretudo, na questão da sustentabilidade da vida” (LIMA; BOMFIM, 2009, p. 492), o conceito de ambiente é multidimensional e compreende o meio físico concreto, seja ele natural ou construído, o qual é indissociável das condições sociais, políticas, econômicas, psicológicas e culturais do contexto. Logo, tudo o que estiver presente no ambiente é parte que o constitui, e alterações sofridas em qualquer componente acarreta em modificações nos demais, conferindo uma nova feição ao ambiente (CARVALHO; CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011).

Contudo, a noção de ambiente empregada atualmente é comumente relacionada à de natureza, suporte da vida e um recurso a ser apreciado, gerido e cuidado. Nesta concepção, sujeito e ambiente são compreendidos como entidades separadas e desiguais, pois este sujeito ora é o agente que cuida, ora é o agente que ameaça, sendo colocado em posição superior de escolha e decisão em relação ao ambiente, que é passivo e recebe suas ações (CARVALHO; CAVALCANTE; NÓBREGA, 2011). Este ambiente, que por bilhões de anos foi capaz de sustentar a vida em vários sistemas ecológicos, é a base para o desenvolvimento e evolução de várias espécies. Sendo assim, a existência do meio ambiente é um direito fundamental a todo ser humano e indissociável à vida.

No Brasil, este direito fundamental é previsto no artigo 225 da Constituição Federal (1988), que garante: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Assim, a Constituição impôs ao Poder Público o dever de definir espaços territoriais a serem protegidos em todas as unidades da Federação. Como forma de atender este comando, foi promulgada a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e o Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 que, respectivamente, cria e regula o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Considerando que a competência da proteção ambiental concorre a todas as esferas do Poder Público, coube ao SNUC disponibilizar mecanismos legais para a criação de Unidades de Conservação (UCs) para participação na administração e regulação do sistema, possibilitando a criação de estratégias conjuntas para garantir a preservação de áreas naturais (O ECO, 2013). Segundo o inciso I do artigo 2º da lei de criação do SNUC, Unidade de Conservação é definida como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000). As UCs da esfera federal são administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e as estaduais e municipais são administradas por meio dos Sistemas Estaduais e Municipais de Unidades de Conservação.

Além disso, o SNUC agrupa as UCs em dois grupos, que consideram os objetivos de manejo e tipos de uso: 1º) as Unidades de Proteção Integral, que tem como objetivo preservar a natureza, admitindo apenas o uso indireto de recursos naturais que não envolvam consumo, coleta ou danos aos recursos naturais; e 2º) as Unidades de Uso Sustentável, que tem como objetivo conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável de recursos e a presença humana nas áreas de proteção. Neste grupo, as atividades envolvendo coleta e uso de recursos naturais é permitida, desde que mantenham constantes os recursos renováveis e processos ecológicos (BRASIL, 2000). Para facilitar o entendimento, os grupos e as doze categorias complementares do SNUC estão descritas no quadro abaixo:

Grupo	Categoria Complementar
Proteção Integral	<p>Estação Ecológica</p> <p>Reserva Biológica</p> <p>Parque Nacional</p> <p>Monumento Natural</p> <p>Refúgio de vida silvestre</p>

Uso Sustentável	Interesse Ecológico Área de Proteção Ambiental Floresta Nacional Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva de Fauna Reserva Extrativista Reserva de Desenvolvimento Sustentável
------------------------	--

Quadro 4. Grupos e categorias complementares do SNUC (Produzido pela autora).

Dentre as categorias apresentadas, enfocaremos na Reserva de Desenvolvimento Sustentável, visto que o local da pesquisa foi a RDS do Rio Negro, no Amazonas. Diante disso, cabe destacar que as RDSs são áreas de domínio público que permitem o convívio de populações tradicionais e tem como objetivo valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente desenvolvidas por estas populações, assegurando condições para reprodução e melhoria dos modos de vida dos povos que nela habitam, inclusive na exploração de recursos naturais. A RDS do Rio Negro, no estado do Amazonas, foi criada através da Lei Estadual nº 3.355 de 26 de dezembro de 2008, por iniciativa do Poder Público e dos moradores da UC que manifestaram preocupação com o desmatamento decorrente da construção da ponte sobre o Rio Negro (SEMA, 2017).

Foi realizada consulta pública com os comunitários a fim de debater sobre a redefinição da Unidade de Conservação para a criação da RDS do Rio Negro para que as famílias da região pudessem ter acesso às políticas públicas. Na consulta (SEMA, 2017), 77,5% dos participantes aprovaram a criação da RDS, que tinha como objetivo básico preservar a natureza e assegurar condições à produção e melhoria das condições de vida, manejo dos recursos naturais através das comunidades tradicionais, bem como a conservação, valorização e aperfeiçoamento de técnicas de manejo ambiental. O processo de implementação da RDS iniciou em 2009, por meio da criação de conselho gestor e do desenvolvimento de projetos socioambientais (SEMA, 2017).

Com o êxodo da capital Manaus e as cheias dos rios Solimões e Amazonas, lotes dentro da RDS do Rio Negro tornaram-se fuga para ocupantes dos municípios próximos. Com intuito de evitar o crescimento acelerado e desordenado, a gestão da UC reconheceu como morador da RDS aqueles que viviam nos ramais abertos antes de 2008. Os que foram abertos após a criação da UC, não obedecem a critérios de ocupação e são considerados ilegais (SEMA, 2017). O município de Iranduba, que abriga 80% da RDS e fica próximo da capital Manaus, é um dos centros dos conflitos dessas ocupações desordenadas, pois após a construção da Ponte Rio Negro em 2011, o município viveu um aumento da especulação imobiliária em virtude da facilidade de acesso.

De acordo com denúncias, empresários de Manaus tem comprado terras na região de forma ilegal para a comercialização ou construção de empreendimentos (SEMA, 2017). Contudo, de acordo com a fala de uma das entrevistadas, há indícios de que a comercialização ilegal de terras na RDS também é uma prática realizada por moradores da própria localidade:

“Aqui era pra ter um monte de casa, mas o pessoal vem pedir terreno e ela (liderança) não dá! Ela vende, mas ela não dá [...]. Ela não aceita ninguém aqui! [...]. Eu tinha um marido que ele era assim... Ela não aceitava. Aqui nós se damos com todo mundo, aí o movimento em casa era toda hora, né? Aí falaram que eu tava vendendo droga, um monte de coisa. Aí ela falou que ia me expulsar e eu falei “expulsa, expulsada que eu vou denunciar tudo que a senhora faz aqui de vender terra pra quem não tem”. Foi aí que ela parou!” (Entrevistada C).

A invasão e comercialização de terras públicas na Amazônia tem se tornado uma prática comum. Em 2021, uma corporação pública de rádio e televisão do Reino Unido, a *British Broadcasting Corporation* (BBC), encontrou dezenas de anúncios em uma rede social em que vendedores negociam áreas recém desmatadas na floresta (parte de terras indígenas ou unidades de conservação), que eles não possuem, por valores que chegam à casa dos milhões de reais (FELLET, 2021). A venda de áreas que sejam parte de unidades de conservação ou áreas indígenas são proibidas, visto que são de domínio público e destinadas exclusivamente a populações tradicionais, conforme estabelece a lei de criação do SNUC. Sendo assim, vender, permutar, dar em pagamento, em locação ou em garantia coisa alheia como própria, se enquadra como estelionato, de acordo com o artigo 171 do Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940).

Apesar da RDS do Rio Negro ser uma Unidade de Conservação gerida pelo estado do Amazonas através da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), ao percorrer as rodovias AM-070 e AM-352, que ligam os municípios à Reserva, o cenário aparenta estar distante dos olhos

fiscalizadores e governamentais, pois é perceptível a existência de ramais ilegais que unem a estrada à área da RDS (TOLEDO, 2022). Ao adentrar a área protegida, é difícil identificar os limites da Reserva, visto que não há delimitação para saber onde ela começa e termina. Já no fim do ramal que percorríamos para ter acesso à RDS, nos deparamos apenas com uma placa tímida informando que estávamos dentro de uma Reserva.



Figura 7. Fim do Ramal da Prainha na AM-070 (Foto da autora).

Segundo o levantamento do EIA/RIMA (sigla para Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental) feito em 2008, a expansão urbana após a construção da ponte do Rio Negro era esperada, no entanto, antes mesmo da sua construção, os ilícitos ambientais já ocorriam com a extração ilegal de madeira quando a Reserva ainda era considerada uma Área de Proteção Ambiental (TOLEDO, 2022). As ocupações desenfreadas tiveram contribuição da concessionária de energia que instalou energia elétrica nos ramais, atraindo mais invasores e madeireiros. Com uma expectativa de valorização da área, muitas pessoas adquiriram terras do outro lado do rio e encontraram oportunidade dentro da RDS (TOLEDO, 2022).

A praticidade para transitar entre os municípios diferenciam a RDS do Rio Negro das outras, pois a estrada facilita o acesso e acaba sendo um dos motores do desmatamento e perecimento dos recursos naturais (FEARNSIDE, 2010). As atividades ilegais que ocorrem na Reserva têm um impacto não só na natureza, como na vida de todos os ocupantes, pois também lidam com a presença do tráfico de drogas e fugitivos. Preocupados com as ocupações

irregulares, em 2017, os moradores da RDS denunciaram as invasões à Defensoria Pública do Estado (DPE) e, então, a SEMA, Amazonas Energia e o Instituto Nacional de Colonização e

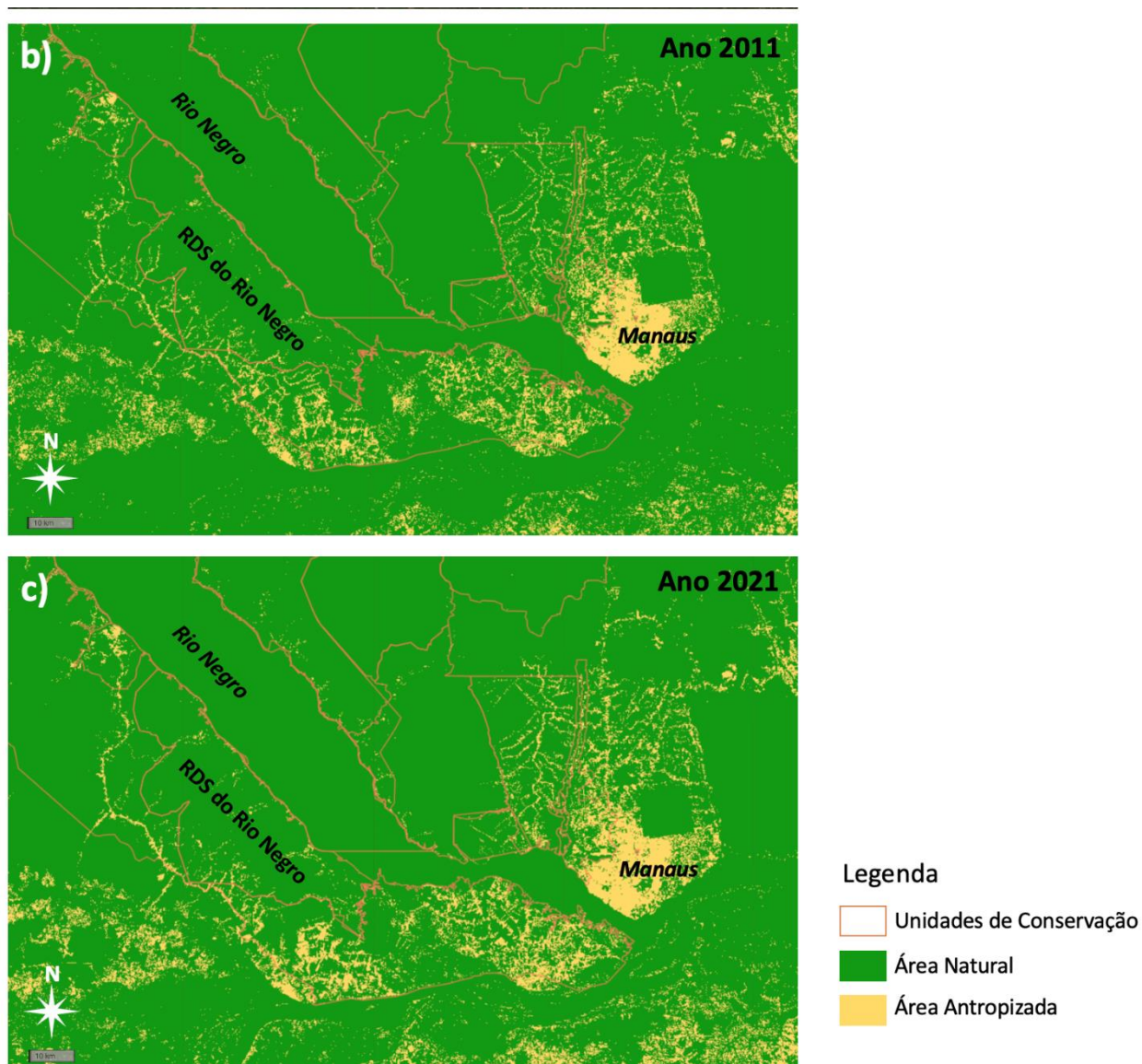


Figura 8. Área antropizada é uma área cujas características originais foram alteradas. Na imagem, é perceptível a tomada de áreas de 2011 a 2021 (Fonte: Mapbiomas v.7.0 [<https://mapbiomas.org/>] imagem processada em 15 de janeiro de 2023).

Reforma Agrária (INCRA), tornaram-se réus em um processo movido pelo Ministério Público Federal (MPF). Após a primeira audiência oficial entre a Procuradoria Geral do Estado (PGE), a Defensoria e os comunitários, uma ordem de despejo foi expedida e muitas pessoas que ocupavam as casas irregularmente as abandonaram ou venderam (TOLEDO, 2022). As imagens de satélite disponibilizadas pelo Mapbiomas v.7.0 demonstram o impacto do avanço humano no ano da construção da ponte e a evolução e tomada da área da RDS por novos ramais 10 anos depois:

A Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), responsável pela RDS, afirma que o objetivo das ações de regularização fundiária não consiste em retirar famílias que auxiliam na proteção da Unidade de Conservação e respeitam as formas sustentáveis de uso dos recursos, com atividades de baixo impacto ambiental, mas sim, mitigar o desmatamento e atividades de exploração indiscriminada (TOLEDO, 2022). Além dos conflitos ambientais descritos, a mesma entrevistada que denunciou a venda ilegal de terras na RDS pela líder da sua comunidade, complementou contando que ela também dificulta a liberação de documentos comprobatórios para moradores que não pagam a taxa da associação, chegando a vendê-los, algumas vezes. Sobre isso, afirmou o seguinte:

“Quando meu filho teve a cirurgia dele marcada, né? A mulher queria que eu comprovasse que moro na comunidade, aí ela disse que não tinha esse documento, aí a mamãe foi lá e falou um monte de coisa pra ela, aí ela liberou [...]. Tem uma vizinha lá do outro lado, ali... Ela (liderança) cobrou mil reais só pra ela (vizinha) fazer o salário maternidade dela [...].” (Entrevistada C).

O termo comunidade designa um conjunto cujos elementos estão ligados pelo que lhes é comum (ou por aquilo que tem ou fazem em comum). Por si só, o termo não afirma aquilo que é comum, nem quais relações ou emoções estão associadas à pertença deste conjunto, portanto, todos os registros emocionais – que vão do amor ao ódio, do acordo ao desacordo – podem estar presentes nas relações (DUBOST, 2005). No estudo sobre as noções utilizadas pela sociologia rural para designar as unidades camponesas, Eizner (1974) critica as noções de “comunidade” em virtude das suas cargas ideológicas e confusões que seus usos provocam. Uma de suas críticas está em torno de uma imagem idealizada da sociedade rural que comporta, para o autor, cinco pontos resumidos:

- 1) A ideia de um ‘nós’ social que é harmonioso e pacífico, que implica que cada sujeito tem o seu lugar e atua em prol do bem comum;
- 2) A ideia de uma forte interação e grande riqueza das relações sociais, como se a comunidade fosse o oposto da solidão. O sujeito está situado, tem raízes e é tratado e amparado em todos os momentos de sua existência;
- 3) A ideia de partilha e posse comum, sendo que as particularidades desses comuns é que fazem de cada comunidade um grupo específico;

- 4) A ideia de igualdade entre todos os membros. O sentimento de igualdade refere-se à pertença ao grupo, em que todos são necessários;
- 5) A ideia de uma organização social que é mais próxima da vida natural, símbolo de um mundo não alienado, sendo o inverso da sociedade mercantil. Também visto como local de virtudes, honestidade, solidariedade, sabedoria e simplicidade;

É fundamental compreender que, embora as comunidades ribeirinhas tenham características em comum em virtude do modo de vida que é fortemente influenciado pelos rios e a floresta, cada comunidade possui sua dinâmica interna, que deve ser analisada cuidadosamente para que o pesquisador ou profissional que atua na área não sustente estereótipos e realize ações descontextualizadas. É imprescindível entender que os interesses, as necessidades e conflitos são, algumas vezes, semelhantes, mas não iguais. É importante romper com a ideia de boa sociedade, participativa, harmoniosa e serena (ARAÚJO; CARRETEIRO, 2005), pois o conflito é inerente ao sujeito individual e social, e comporta uma vertente tanto negativa e destruidora, como positiva e transformadora. Os conflitos, as reticências e resistências presentes nesses espaços são manifestações da capacidade dos indivíduos e grupos de se situarem como atores sociais e sujeitos, e oferece uma possibilidade de promulgar novas normas através do confronto.

Bauman (2003) também traz reflexões acerca da palavra “comunidade”, afirmando que ela produz uma sensação boa por causa do significado que carrega, já que é associada a um lugar aconchegante e acolhedor, onde as pessoas tem discussões amigáveis. Contudo, em tempos implacáveis de competição e desprezo, as sensações que a palavra “comunidade” evocam são de um paraíso perdido, um mundo que sentimos falta e não está ao nosso alcance (BAUMAN, 2003). Para o autor, a “comunidade real” ou “verdadeira comunidade” é aquela que não foi produzida artificialmente. Baseia-se em um entendimento compartilhado que é “natural” e “evidente”, que precede acordos produzidos, conferindo a organicidade e coletividade que mantêm as pessoas unidas. O sociólogo se utiliza de uma divisão de Robert

Redfield⁵, e define três pilares da “comunidade real”, sendo elas a “Distinção”, “Pequenez” e “Autossuficiência”:

“Distinção, significa a divisão entre ‘nós’ e ‘eles’[...]. Pequenez, significa que a comunicação entre os de dentro é densa e alcança tudo, e assim, coloca os sinais que esporadicamente chegam de fora em desvantagem, em razão de sua relativa raridade, superficialidade e transitoriedade. E autossuficiência, significa que o isolamento em relação a eles é quase completo e as ocasiões para rompê-los são poucas e espaçadas (BAUMAN, 2003, p. 17-18).

Os três pilares conferem proteção aos membros em relação às “ameaças” a seus modos habituais, pois a homogeneidade exigida na comunidade depende do bloqueio da comunicação estabelecida com os “de fora”. Quando o fluxo de comunicação com os “outros” é intenso, a homogeneidade fica comprometida. Para Bauman (2003), a fissura dos pilares de proteção ocorreu com o surgimento dos meios de transporte e comunicação que aumentaram o fluxo de informações e pessoas participantes de coletividades diferentes. Esse fluxo terminou por abalar as referências dadas pela tradição, com o embotamento de suas áreas fronteiriças. As informações alternativas que passaram a circular rapidamente fizeram emergir a questão da individualidade e, sob as novas condições da globalização, os últimos laços firmes da comunidade foram desatados. Com a decadência da comunidade, a desintegração dos laços humanos foi uma consequência (BAUMAN, 2003).

Na RDS do Rio Negro, observa-se que a construção da ponte rompeu as dificuldades de acesso e alterou as atividades de alguns moradores da localidade que viram na intensificação do fluxo de pessoas uma oportunidade de ganhar dinheiro (lícita ou ilícitamente) (TOLEDO, 2022). Sobre o fluxo de informações, de acordo com uma moradora da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (a que mais dispõe de recursos tecnológicos na localidade), o trabalho no roçado foi se perdendo ao longo do tempo e as pessoas se “acomodaram” em relação à agricultura familiar quando a urbanização chegou. Na sua comunidade, a moradora acredita que poucas pessoas trabalham na roça e somente os moradores mais antigos a mantêm nos quintais. As próprias regras da Unidade da Conservação modificaram as questões de trabalho na localidade pois, de acordo com uma das lideranças da RDS, a agricultura familiar foi sendo deixada de lado porque as pessoas não quiseram se adaptar às tecnologias e novas regras da UC, além de não terem interesse nos cursos de manejo oferecidos.

⁵ Antropólogo, sociólogo e etnolinguista americano.

Constata-se, portanto, que a relação que os sujeitos estabelecem com o ecossistema na Amazônia depende estritamente do grupo humano em questão, visto que as diferenças culturais, de riqueza e poder político de cada um, resultam em grandes diferenças no impacto ambiental e nas atividades de cada grupo (FEARNSIDE, 2009). O impacto da população humana mudou com o passar do tempo em função da distribuição espacial dos diferentes grupos e das atividades que respondem aos estímulos do mercado e governo (FEARNSIDE, 2009; FERRANTE; FEARNSIDE, 2019). Dito isso, buscamos compreender a relação que as agricultoras da RDS do Rio Negro estabelecem com o ambiente onde vivem. Sobre o questionamento, as entrevistadas afirmaram o seguinte:

“Eu gosto! Me sinto bem. Me sinto muito bem mesmo [...]. Gosto do roçado, da terra, das plantas, tudo que a gente planta dá. Dá cebola, pimenta, banana, dá tudo. Na casa da gente que planta tem fartura, né? Tem a goma, tem a farinha, tem a banana [...]. Nunca falta!” (Entrevistada A).

“Eu gosto de lá porque lá é bem tranquilo. Lá não tem muita briga assim que em uma comunidade grande tem. Tem muita discussão, tem muita competitividade, né? E lá não! Lá é tranquilo porque é pequeno. É o melhor lugar pra morar porque não tem intriga assim.” (Entrevistada B).

“Gosto porque é tranquilo [...]. Manacapuru o máximo que eu passo é dois dias. É muito quente. É o máximo que eu passo e venho embora pra cá.” (Entrevistada C).

“É tranquilo. Na cidade é muito barulho e essas coisas [...]. Eu tenho casa lá em Manaus. Meu pai mora lá, mas nem quero ir lá. Não é que eu não queira ver meu pai, mas é muito barulho. Nem pra Manacapuru eu vou, quando vou lá pra dormir eu fico agoniada.” (Entrevistada D).

“Eu me sinto bem lá porque é tranquilo. Calmo, tranquilo. Tem o peixe, né? Que agora vai chegar a época do peixe e a gente come peixe fresquinho lá [...]. Aí quando num tenho comida em casa vou pescar [...]. Nunca pensei em sair (da comunidade) [...]. Meu local de trabalho é muito bom também. Eu vou lá pra minha roça, eu trabalho, capino, volto pra casa. Em casa eu também trabalho com artesanato. A gente tem uma casa de artesanato também. Quando a gente pega encomenda, a gente vai lá pra casa de artesanato fazer juntas.” (Entrevistada E).

O ambiente onde as mulheres vivem é descrito como “calmo”, “tranquilo” e farto, que proporciona bem estar. Na fala das entrevistadas, fica evidente a visão da natureza como fonte de vida e subsistência, demonstrando também a relação de apego e afeto com a terra, a floresta e as águas. A relação com o ambiente mediada pelos afetos é corroborada por Heller (1993), quando afirma que “sentir significa estar implicado em algo.” (p. 15), sendo a implicação uma forma de relação afetiva das pessoas com os lugares (BOMFIM; DELABRIDA; FERREIRA, 2018). Para Lane (1995), a afetividade é uma categoria essencial, pois:

“A emoção, linguagem e pensamento são mediações que levam à ação, portanto somos as atividades que desenvolvemos, somos a consciência que reflete o mundo e somos a afetividade que ama e odeia este mundo, e com essa bagagem nos identificamos e somos identificados por aqueles que nos cercam.” (LANE, 1995, p. 62).

Logo, a construção da identidade, compreendida como um processo dinâmico e mutável, que ocorre ao longo da vida dos sujeitos a partir de suas vivências, perpassa por um lugar onde as pessoas se sentem vinculadas (MOURÃO; CAVALCANTE, 2011). Este lugar deve ser compreendido para além da sua dimensão física, pois também é simbólico, sendo um processo de apropriação do espaço, onde o sujeito imprime sua marca e atribui novos significados, passando a identificar-se com o ambiente (YI-FU TUAN, 1983). O significado de espaço comumente se funde com o de lugar, contudo, o espaço é mais abstrato e permite movimento. Para Yi-Fu Tuan (1983), “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor.” (p. 6). Dito isso, se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, o lugar seria a pausa por oferecer a segurança e estabilidade. É a pausa que torna possível a transformação do espaço em lugar (YI-FU TUAN, 1983).

O apego ao lugar, segundo Giuliani (2004), corresponde a presença de afetos que os sujeitos sentem em relação aos lugares que nasceram, acontecimentos que vivenciam e indivíduos com quem interagem. A autora ressalta três processos que podem gerar o sentimento de apego: o primeiro, refere-se à satisfação das necessidades das pessoas no local; o segundo, está relacionado aos significados dos lugares a nível simbólico e/ou físico em relação à identidade do sujeito; e o terceiro, que diz respeito a um longo período de residência e familiaridade, enfatizando as questões emocionais, no sentimento de segurança e bem estar que o lugar proporciona (GIULIANI, 2004). Sendo assim, fatores estressantes, como assaltos, criminalidade, poluição, ruídos e falta de saneamento, por exemplo, podem influenciar na relação das pessoas com o ambiente, podendo causar a diminuição do apego ao lugar (MARTÍN; HERNÁNDEZ; RUIZ, 2006).

Na fala das agricultoras entrevistadas, observa-se a ocorrência dos três processos descritos, visto que este lugar satisfaz as necessidades, tem um significado à nível simbólico e físico que está relacionada à identidade dessas agricultoras, bem como o longo período de residência e familiaridade na localidade despertam os sentimentos de segurança e bem estar. Além disso, os fatores estressantes presentes na cidade influenciam para que as mulheres não

queiram sair de suas comunidades. O lugar, portanto, é uma mediação essencial para os seres humanos (BOMFIM; DELABRIDA; FERREIRA, 2018), pois é palco não só para as ações como para atribuição de significados, o que torna o ambiente a extensão da subjetividade dos indivíduos, dando um sentido especial à existência por meio das capacidades de intervir nos processos evolutivos, trazendo transformações sociais emancipadoras. Neste processo, o componente afetivo tem importância indispensável para o bem estar, visto que confere à própria existência o sentido necessário para saúde (BOMFIM; DELABRIDA; FERREIRA, 2018).



Figura 9. Equipe de pesquisa e extensão entrando na rabeta

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como bem coloca Marx (2013), o trabalho é um processo entre sujeito e natureza, pois o indivíduo, por sua própria ação, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência, apropriando-se dela de uma forma útil para a sua vida e colocando em movimento as forças pertencentes a sua corporeidade (braços, pernas, mãos, cabeça) para agir sobre a natureza externa e transformá-la por meio desse movimento, modificando também a si próprio (MARX, 2013). A terra passa a ser um meio de subsistência pronto, um objeto universal do trabalho humano que preexiste independente da interferência do sujeito. Essa terra é um meio de trabalho, mas pressupõe, tal como na agricultura, uma série de outros meios e um grau relativamente alto de desenvolvimento da força de trabalho (MARX, 2013). Sendo assim, identificamos que o trabalho das mulheres na agricultura familiar, o processo saúde-doença e o ambiente estão intrinsecamente relacionados.

Sobre as questões de trabalho, identificamos que ele representa a saúde e a autonomia dessas agricultoras, que frequentemente tem suas duplas e triplas jornadas de trabalho associadas apenas à esfera reprodutiva (cuidados com o lar e os filhos). Embora reconheçam a importância do trabalho para si e para a comunidade, as agricultoras familiares necessitam de mais reconhecimento por parte da sociedade e do governo, pois suas atividades como produtoras rurais têm valor tanto econômico como social. Quanto aos projetos e políticas governamentais, é fundamental que se voltem para o fomento do trabalho feminino na agricultura para que as mulheres consigam realizar suas atividades. Tais políticas também devem considerar as questões de gênero para que as mulheres tenham oportunidades de trabalho com equidade.

Quanto ao processo saúde-doença, foi observada a necessidade de melhorar e aprimorar o serviço de atenção básica já existente na localidade. Como forma de lidar com as enfermidades, frequentemente as agricultoras recorrem aos conhecimentos da medicina tradicional amazônica. A carência de insumos e recursos humanos dificulta a atuação da equipe de saúde da área e sobrecarrega os serviços de atenção em saúde de outros municípios, dado que as agricultoras acabam procurando outros locais para receber atendimento, pois aquele que é ofertado pela UBS não consegue, algumas vezes, ser resolutivo em relação as suas demandas de saúde. A resolutividade é um dos princípios organizativos do SUS que define que, quando um indivíduo busca atendimento ou quando surge um problema de saúde que impacte a

coletividade, o serviço correspondente deve estar capacitado para enfrentá-lo e resolvê-lo (BRASIL, 1990).

Para que a resolução dos problemas ocorra, é imprescindível que os profissionais da saúde consigam estabelecer um diálogo aberto e uma escuta ativa com os usuários e a comunidade, pois a adesão e procura dos tratamentos de saúde também dependem de um vínculo. Nesse sentido, a equipe interdisciplinar é fundamental, pois elas têm o potencial para realizar mudanças que beneficiarão os usuários e trabalhadores, e que reorganizarão o modo de fazer assistência à saúde. O trabalho em equipe possibilita maior participação do usuário nas decisões que envolvem sua vida e o processo saúde-doença, viabilizando uma abordagem focada no usuário enquanto sujeito social, e aproximando-se do olhar para sua multidimensionalidade enquanto ser individual, histórico, cultural e social (MATOS; PIRES; SOUSA, 2010).

Ressaltamos também a importância de uma formação complementar e continuada para os profissionais que atuam na área rural, principalmente no contexto amazônico, pois é indispensável que desenvolvam uma sensibilidade intercultural para compreender os modos de vida da população e para que possam desenvolver ações que correspondam ao lugar onde estão inseridos. Além do aprimoramento das equipes e dos serviços de saúde já existentes, também notamos a necessidade de ampliação da atenção básica dentro da RDS do Rio Negro, pois a localidade conta com apenas uma Unidade Básica de Saúde. A ampliação pode ser pensada através de pontos de apoio formais (bases complementares da UBS) ou por meio de pontos informais (salões de igreja, centros comunitários e outros) para que todos tenham acesso aos serviços de saúde oferecidos, seguindo o princípio fundamental da universalidade do SUS (BRASIL, 1990).

A integração das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico também merecem atenção, pois algumas comunidades não têm acesso à água tratada, resultando em doenças que podem levar à morte por contaminação e que poderiam ser evitadas. Nestes casos, conforme preconiza a Lei nº 8080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como a organização e o funcionamento dos serviços, é imprescindível a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, alocação de recursos e orientação programática. Outro fator que merece atenção da epidemiologia são os acidentes de trabalho pois, levando em conta a biodiversidade da Amazônia e o trabalho na

agricultura, os acidentes com animais peçonhentos e com objetos perfurocortantes acabam fazendo parte do cotidiano de trabalho das agricultoras familiares.

Sendo assim, a facilitação do acesso ao Equipamento de Proteção Individual e as orientações para adoção de medidas de prevenção que reforcem a importância do uso do EPI durante as atividades são indispensáveis pois, considerando que o significado do “trabalho” está associado à saúde e autonomia, e o significado de “saúde” foi associado à ausência de doença e ao fato de “poder trabalhar todos os dias”, a perda da capacidade de trabalhar como agricultora em virtude de um acidente ou adoecimento implicaria em prejuízos à saúde física e mental dessas mulheres, assim como acarretaria em prejuízos para a família, visto que elas compõe parte significativa da renda mensal. Diante da importância e do significado do trabalho para as agricultoras, a proteção do ambiente onde vivem e trabalham também carece de atenção.

Conforme foi visto, embora da RDS do Rio Negro tenha regras bem definidas, a exploração dos recursos naturais e as atividades ilegais se fazem presentes no cotidiano dos moradores e ameaçam os seus modos de vida. Enquanto para uns a RDS do Rio Negro representa uma oportunidade de lucro através da exploração indiscriminada de recursos, para as mulheres agricultoras, a natureza é vista como fonte de vida e subsistência, demonstrando também a relação de apego e afeto com a terra, a floresta e as águas. O lugar da RDS do Rio Negro não só satisfaz as necessidades, como tem um significado a nível simbólico que está relacionado às identidades dessas agricultoras familiares, assim como desperta sentimentos de segurança e bem estar. Este lugar, portanto, é uma mediação essencial para as agricultoras, pois é palco de ações e significados que tornam o ambiente a extensão de suas subjetividades, dando um sentido especial as suas existências.

Por fim, apontamos a necessidade do profissional da Psicologia nos contextos rurais dado que, historicamente, a Psicologia tem se voltado quase que exclusivamente a população urbana, principalmente no que se refere às questões de trabalho. Cabe questionar: **de que forma as nossas teorias e práticas têm se preocupado (ou mesmo se ocupado) com o meio rural?** A superação da compreensão do rural como um espaço idealizado e bucólico (LEITE et al., 2013), com modos de vida a serem superados pelo progresso devem ser trabalhados nos cursos de formação, principalmente aqueles localizados nas cidades de médio e pequeno porte. Sendo assim, desde a graduação é fundamental propor atividades acadêmico-científicas e de

intercâmbio profissional para qualificar a atuação dos psicólogos diante das múltiplas situações de desigualdade e iniquidade que a população sofre (LEITE et al., 2013).

Para que possamos avançar no compromisso social dessa ciência e profissão, é importante conhecer a dinâmica histórica e sociopolítica do país no que tange o conjunto de lutas sociais e em torno da democratização e do acesso à terra, pois é através da apropriação desses conhecimentos que será possível contribuir com o debate sobre processos e movimentos sociais rurais, novas ruralidades e políticas sobre o meio rural. Também deve-se considerar que os trabalhadores e trabalhadoras do campo são portadores de uma diversidade cultural, econômica e regional nesses modos de relação com a terra, fato este que repercute nos modos de subjetivação constituídas em meio às particularidades histórico-culturais. Para dar conta da complexidade que permeia o rural, é primordial reconhecer a necessidade de uma articulação com outras áreas do conhecimento. Nessa articulação, é essencial considerar os saberes tradicionais onde as pessoas estão imersas, sob pena de visões distorcidas e desconexas de suas realidades e visões de mundo (LEITE et al., 2013).

Evidentemente, esta pesquisa não esgota nem responde a todas as questões existentes no cotidiano das agricultoras familiares da RDS do Rio Negro, no entanto, direciona para questões importantes que podem ser aprofundadas e exploradas por outros pesquisadores futuramente. Além disso, nos faz refletir sobre a garantia, enquanto psicólogos(as) ou profissionais da saúde, de uma atuação comprometida com a transformação da realidade e das dificuldades ou opressões vivenciadas por trabalhadores e trabalhadoras do campo, especificamente na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ALVES, Kelly Mercês; MATOS, Cleide Carvalho de. O papel da mulher ribeirinha nas relações de produção e comercialização na agricultura familiar no município de Breves, Pará. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 16, p. 417-432, 2020.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. O rural brasileiro: velhas e novas questões em debate. **Teoria & Pesquisa: revista de ciência política**, v. 17, n. 1, 2008.

ARAÚJO, José Newton Garcia de; CARRETEIRO, Teresa Cristina. Conflito. In: BARUS-MICHEL Jaqueline; ENRIQUEZ, Eugene; LEVY, André (Coord.). **Dicionário de Psicossociologia**. Lisboa: Climepsi, 2005. p. 52-63.

ARAÚJO, Zilah Therezinha de Souza. **Processo participativo da mulher na cadeia produtiva do mexilhão *Mytella charruana* (D'orbigny, 1846) na comunidade Vila Nova, Bragança-PA**. 2015. 88 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Estudos Costeiros, Bragança, 2015.

AZEVEDO, Nádma Oliveira de. **Trabalhadoras Rurais da juta e malva: um estudo sobre o acesso das trabalhadoras da comunidade Costa da Águia às políticas públicas e ao exercício da cidadania**, 2013. Disponível em: Acesso em: <https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/3348/2/N%c3%a1dma%20Oliveira%20de%20Azevedo.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Editora Vozes Limitada, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Zahar, 2003.

BION, Wilfred. **Estudos psicanalíticos revisados**. Rio de Janeiro: Imago, 1967.

BOCCHINI, Ana Gouvêa. **Mulheres de Santa Luzia da Ilha do Baixo: modo de vida na várzea do Baixo Solimões**. 2013. 131 f. Dissertação [Mestrado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia] – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz; DELABRIDA, Zenith Nara Costa; FERREIRA, Karla Patrícia Martins. Emoções e afetividade ambiental. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. **Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2018. p. 60-88.

BORDE, Elis; HERNÁNDEZ-ÁLVAREZ, Mario; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Uma análise crítica da abordagem dos Determinantes Sociais da Saúde a partir da medicina social e saúde coletiva latino-americana. **Saúde em Debate**, v. 39, p. 841-854, 2015.

BRASIL, João Bosco dos Santos. **Mulheres pescadoras da várzea do município de Parintins – AM: a pesca do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera**, 2015. 110 f. Dissertação [Mestrado em Geografia] – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 set. 2022.

_____. Agricultura Familiar. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 25 mai. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 03 set 2021.

_____. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

_____. Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1990.

_____. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 08 out. 2022.

_____. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 04 set 2021.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Planejamento e Regulação da Provisão de Profissionais de Saúde. **Programa Mais Médicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília, 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. **Glossário temático: práticas integrativas e complementares em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

_____. NR-31 – **Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura**. Portaria GM n.º 86, de 03 de março de 2005.

_____. **Programa de formação em saúde do trabalhador** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

_____. **Tecendo a saúde das mulheres do campo, da floresta e das águas: direitos e participação social**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/tecendo_saude_mulheres_campo_floresta.pdf. Acesso em: 29 ago. 2021.

BRAZ, Matheus Viana; CASADORE, Marcos Mariani; HASHIMOTO, Francisco. Intervenção em Psicossociologia: a construção da escuta e a implicação nas organizações. **Psicologia em Estudo**, v. 25, 2020.

BREILH, Jaime. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, v. 31, p. 13-27, 2013.

BUSS, Paulo Marchiori; FILHO, Alberto Pellegrini. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 17, p. 77-93, 2007.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto. Psicologia Social e Ambiental em Unidades de Conservação do Amazonas. In: LEITE; Jader Ferreira; DIMENSTEIN; Magda. (Org.). **Psicologia e contextos rurais**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 171-200.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; FORSBERG, Sylvania Souza. Desafios metodológicos ao estudo de comunidades ribeirinhas amazônicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, p. 571-580, 2013.

CAMPOS, Entrevistada B Helena de Freitas. **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017.

CARNEIRO, Maria José. Do rural como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, Maria José (Coord.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2012. p. 23-50.

CARRETEIRO, Teresa Cristina Psicossociologia em exame. In: LÉVY, André *et al.* **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CARVALHO, Mara Iignes Campos de; CAVALCANTE, Sylvia; NÓBREGA, Lana Mara Andrade. Ambiente. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. **Temas básicos em psicologia ambiental**. Editora Vozes Limitada, 2011. p. 28-42.

CARVALHO, Marília Sá; SOUZA-SANTOS, Reinaldo. Análise de dados espaciais em saúde pública: métodos, problemas, perspectivas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 2, p. 361-378, 2005.

CASTRO, Albejamere Pereira de *et al.* A agricultura familiar: principal fonte de desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do Projeto Piatam. In: FRAXE; Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA. 2007. p. 55-88.

CAVALCANTE, Mário Bentes. “**Varando igarapé, varando canoa, nossa vida é a pesca**”: um estudo sobre as pescadoras artesanais no Remanso das Águas em Parintins-AM. 2019. 137 f. Dissertação [Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia] - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira (Ed.). **Organização sociocultural e tecnologias sociais no trabalho das mulheres amazônicas**. EDUA, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2016.

Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde (CDSS). **Redução das desigualdades no período de uma geração**: igualdades na saúde através da ação sobre os determinantes sociais. Geneva: OMS, 2010.

COSTA, Eduardo Antonio de Pontes; COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Nem criadores, nem criaturas: éramos todos devires na produção de diferentes saberes. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, p. 125-133, 2008.

COSTA, Fernanda Praia *et al.* Mulheres na aquicultura: um estudo de caso no arquipélago do Marajó, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. 1-22, 2020.

CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de (Ed.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Local: Editora FIOCRUZ, 2009.

DAHLGREN, Goran; WHITEHEAD, Margaret. **Policies and strategies to promote social equity in health**. Stocolm: Institute for Future Studies, 1991.

DEJOURS, Christophe. **Trabalho vivo: sexualidade e trabalho. Tomo I**. Brasília: Paralelo 15, 2012.

DIÓGENES, Antônia Mara Raposo. **As camaroeiras, as pescadeiras e o arreo**: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins-AM. 2014. 137 f. Dissertação [Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia] – Universidade Federal do Amazonas, 2014.

DUBOST, Jean. Comunidade. In: BARUS-MICHEL Jaqueline; ENRIQUEZ, Eugene; LEVY, André (Coord.). Dicionário de Psicossociologia. Lisboa: Climepsi, 2005. p. 44-52.

EIZNER, Nicole. De la «communauté rurale» à la «collectivité locale». **Sociétés paysannes ou lutte de classes au village**, p. 129-154, 1974.

ERAZO, Rafael de Lima; COSTA, Sarah Caroline Ferreira das Chagas; SILVA, Lindomar de Jesus de Sousa. A importância da mulher na agricultura familiar: comunidade Lago Janauacá, Careiro Castanho–AM. **Terceira Margem Amazônia**, v. 6, n. 15, p. 242-255, 2020.

ESMERALDO, G. G. S. L. Formas de organização e representação política das mulheres do campo. In: MEDEIROS, D. P. N. e Leonilde Servolo de (Orgs.). *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*, p. 237 – 256. Niterói: Alternativa, 2013.

FEARNSIDE, Philip Martin. Consequências do desmatamento da Amazônia. **Scientific American Brasil**. Especial Biodiversidade, p. 54-59, 2010.

FEARNSIDE, Philip Martin. **A floresta amazônica nas mudanças globais**. Editora INPA, 2009.

FECHINE, Elaine Figueiras Gonçalves. **Mulheres ribeirinhas do Rio Madeira**: cotidiano envolto em brumas. 2007. 169 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2007.

FELLET, João. **Investigação revela terras protegidas da Amazônia à venda no Facebook**. BBC News Brasil. Rondônia, fev. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56148670>. Acesso em: 08 dez. 2022.

FERRANTE, Lucas; FEARNSIDE, Philip M. Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate. **Environmental Conservation**, v. 46, n. 4, p. 261-263, 2019.

FRACOLLI, Lislaine Aparecida; BERTOLOZZI, Maria Rita. A abordagem do processo saúde-doença das famílias e do coletivo. **Manual de enfermagem**, 2001.

FREITAS, Júlia de. **Conheça o tipiti, tecnologia indígena de uso secular na Amazônia**. 02 mai. 2019. Disponível em: <https://www.mamiraua.org.br/noticias/tipiti-o-que-e-artefato-indigena-amazonia>. Acesso em: 01 dez. 2022.

FREITAS, Mateus; PEREIRA, Eliane Entrevistada B. O diário de campo e suas possibilidades. **Quaderns de Psicologia**, v. 20, n. 3, p. 235-244, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Orgs.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

FROEHLICH, José Marcos; MONTEIRO, Rosa Cristina. Reconstrução social do espaço rural no contexto de transição para a sustentabilidade. **I Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e pesquisa em Ambiente e sociedade, Indaiatuba**, 2002.

Fundação Amazônia Sustentável (FAS). **Sobre a FAS**. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/sobre-a-fas/>. Acesso em: 01 dez. 2022.

GAULEJAC, Vincent de. Identidade. In: BARUS-MICHEL Jaqueline; ENRIQUEZ, Eugene; LEVY, André (Coord.). **Dicionário de Psicossociologia**. Lisboa: Climepsi, 2005. p. 104-108.

GIULIANI, Maria Vittoria. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In: TASSARA, Eda T. de Oliveira; RABINOVICH, Elaine Pedreira Rabinovich.; GUEDES, Maria do Carmo. **Psicologia e ambiente**. São Paulo: Educ., 2004.

HELLER, Agnes. **Teoria de los sentimientos**. México: Distribuciones Fontamara, 1993.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. 8, p. 1-28, 2012.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Online de Português. 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/houaiss/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

Instituto De Desenvolvimento Agropecuário Do Estado Do Amazonas (IDAM). **Nossa história**. Disponível em: <http://www.idam.am.gov.br/o-idam/quem-somos/>. Acesso em: 01 dez. 2022.

Justiça decreta falência do Hotel Ariaú, em Iranduba, no interior do AM. G1 AM, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/06/01/justica-decreta-falencia-do-hotel-ariau-em-iranduba-no-interior-do-am.ghtml>. Acesso em: 01 dez. 2022.

KERGOAT, Danièle. **Lutar, dizem elas**. Recife: SOS Corpo, 2018.

KOERICH, Magda Santos et al. Tecnologias de cuidado em saúde e enfermagem e suas perspectivas filosóficas. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, p. 178-185, 2006.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. A medicação emocional na constituição do psiquismo humano. In: LANE, Sílvia Tatiana Maurer; BADER, Sawaia (Orgs.). **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense/Educ, 1995.

LAPASSADE, Georges. Observação Participante. In: BARUS-MICHEL Jaqueline; ENRIQUEZ, Eugene; LEVY, André (Coord.). **Dicionário de Psicossociologia**. Lisboa: Climepsi, 2005. p. 286-299.

LEITE, Jader et al. A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In: LEITE; Jader Ferreira; DIMENSTEIN; Magda. (Org.). **Psicologia e contextos rurais**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 27-55.

LHUILIER, Dominique. Trabalho. In: BARUS-MICHEL Jaqueline; ENRIQUEZ, Eugene; LEVY, André (Coord.). **Dicionário de Psicossociologia**. Lisboa: Climepsi, 2005. p. 211-219.

LIMA, Deyseane Maria Araújo; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. **Psico**, v. 40, n. 4, p. 491-497, 2009.

LIMA, Entrevistada C Viana; SILVA, Sandra Helena da. Gênero, trabalho e saúde da mulher: percepção das malvicultoras da Ilha do Valha-me Deus–Juruti/PA. **O Social em Questão**, v. 20, n. 38, p. 95-110, 2017.

LIMA, Suzana Canez da Cruz. Reconhecimento no trabalho. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, 2013. p. 351-355.

LOPES, Luciane Gomes. **Vivência espacial das mulheres ribeirinhas**: Os espaços paradoxais do Distrito de Nazaré. 2013. 121 f. Dissertação [Mestrado em Geografia]. Programa de Pós- Graduação em Geografia, Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho, 2013.

MACHADO, Rita de Cassia Fraga. É na roça e na cozinha, assim que ‘nóis vivi’.: Trabalho e Educação das mulheres agroextrativistas da Flona de Tefé (AM)- Primeiras aproximações. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, v. 13, n. 1, p. 52-69, 2013.

MAIA, Maria Bernadete Reis. **Pescadoras de Barreirinha (AM)**: conquistando direitos e resignando mitos. 2015. Tese [Doutorado em Sociologia] – Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Carlos, 2015.

MARCONDES, Willer *Baumgartem* et al. O peso do trabalho" leve" feminino à saúde. **São Paulo em perspectiva**, v. 17, p. 91-101, 2003.

MARTÍN, A.; HERNÁNDEZ, B.; RUIZ, C. Influencia de las condiciones ambientales en el apego y la identidad con el barrio. In: MARTÍN, R., BERENGER, J.; CORRALIZA, J. A. (Org.). **Medio Ambiente, Bienestar Humano Y Responsabilidad Ecológica**. IX Congreso de Psicología Ambiental, España, 2006.

MARTINS, Alberto Mesaque et al. A formação em psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário. **Psicologia Ensino & Formação**, v. 1, n. 1, p. 83-98, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Eliane; PIRES, Denise Elvira Pires de; SOUSA, Gastão Wagner de. Relações de trabalho em equipes interdisciplinares: contribuições para novas formas de organização do trabalho em saúde. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 63, p. 775-781, 2010.

MENDES, Soraya Helena de Araújo. **(In)visibilidade das mulheres na pesca artesanal**: uma análise sobre as questões de gênero na colônia de pescadores e pescadoras z-16 em Miracema do Tocantins/TO. 2016. 81f. Dissertação [Mestrado em Desenvolvimento Regional] – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.

MERHY, E. E. **Saúde: Cartografia do Trabalho vivo**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MOURÃO, Ada Raquel Teixeira; CAVALCENTE, Sylvia. Identidade de lugar. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. **Temas básicos em psicologia ambiental**. Editora Vozes Limitada, 2011. p. 208-216.

NASCIUTTI, Jacyara. Reflexões sobre o espaço da psicossociologia. **Revista Documenta**, v. 7, p. 51-58, 1996.

NINA, Socorro de Fátima Moraes. Trabalho, Ambiente e Saúde: Cotidiano dos fazeres da mulher rural na Amazônia. 2014. 195f. Tese [Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia] – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2014.

O ECO. **O que são Unidades de Conservação**. Dicionário Ambiental. Rio de Janeiro, abr. 2013. Disponível em: <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/27099-o-que-sao-unidades-de-conservacao/#:~:text=S%C3%A3o%20E2%80%9Cespa%C3%A7os%20territoriais%20e%20seus,adequadas%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o%20da%20lei%20E2%80%9D>. Acesso em: 08 out. 2022.

OLIVEIRA, José Aldemir de; NINA, Socorro de Fátima Moraes. Ambiente e saúde da mulher trabalhadora: transformações numa comunidade da Amazônia brasileira. **Saúde e Sociedade**, v. 23, p. 1162-1172, 2014.

OLLIVIER, Blaise. Autonomia. In: BARUS-MICHEL Jaqueline; ENRIQUEZ, Eugene; LEVY, André (Coord.). Dicionário de Psicossociologia. Lisboa: Climepsi, 2005. p. 24-35.

PINTO, Neuzeli Maria de Almeida. **As redes de apoio social e as relações de trabalho de mulheres em comunidades rurais do maranhão e ribeirinhas da região amazônica**. 2013. 233 f. Tese [Doutorado em Teoria e Pesquisa do comportamento] - Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

PRESTES, Alline da Silva; SILVA, Sandra Helena da. Relações de gênero na produção de mulheres agricultoras/feirantes do mercado municipal de Parintins-AM. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 1, p. 1-20, 2019.

RATIER, Hugo. Rural, ruralidad, nueva ruralidad y contraurbanización. Un estado de la cuestión. **Revista de Ciências Humanas**, v. 31, p. 9-29, 2002.

RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira et al. Organização e trabalho das mulheres ribeirinhas amazônicas: um estudo nas comunidades de Santa Luzia e São Lázaro no grande lago de Manacapuru/AM. **Retratos de Assentamentos**, v. 18, n. 1, p. 113-135, 2015.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 1, p.1-25, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo: por uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos. Tradições populares de uso de plantas medicinais na Amazônia. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 6, p. 919-939, 2000.

SANTOS, Rosa Maria Ferreira dos. **Identidades, saberes e territorialidades no mundo do trabalho das pescadoras de camarão da Ilha do Tará – Tefé (AM)**. 2020. 133 f. Dissertação [Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas], Universidade do Estado do Amazonas, Tefé, 2020.

SATO, Leny; BERNARDO, Marcia Hespagnol; OLIVEIRA, Fábio de. Psicologia social do trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos micropolíticos. **Psicologia para América Latina**, n. 15, p. 1-9, 2008.

SAVASSI, Leonardo Cançado Monteiro et al. (Ed.). **Saúde no caminho da roça**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2018.

Secretaria do Estado do Meio Ambiente (SEMA). **Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro**, 2017. Disponível em: http://meioambiente.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/PGRDS-RioNegro-2017_Vers%C3%A3o-inrev.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. O conceito de saúde. **Revista de saúde pública**, v. 31, p. 538-542, 1997.

SEIXAS, Josiele Cristine de Oliveira. **Análise ergonômica do trabalho na produção artesanal de farinha em mulheres de uma comunidade ribeirinha do Amazonas**, 2016. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/5296>. Acesso em: 01 abr. 2021

SILVA, Flaviana Mara da. A Psicossociologia Francesa como Abordagem Teórico-Metodológica para Pesquisas em Serviços de Saúde. In: **Subjetividade, gestão e cuidado em saúde: abordagens da psicossociologia**. Editora FIOCRUZ, p. 209-232, 2013.

SILVA, Letícia Batista; BICUDO, Valéria. Determinantes sociais e determinação social do processo saúde-doença: discutindo conceitos e perspectivas. In: SANTOS, Tatiane Valeria Cardoso dos; SILVA, Letícia Batista; MACHADO, Thiago de Oliveira (Orgs.). **Trabalho e saúde: diálogos críticos sobre crises**. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. p. 115-131.

SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares. Autonomia. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Org.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**, p. 61-64. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

SOARES, Hadassah Reis Maia; FERNANDES, Tiótreffis Gomes. **Percepção de risco do trabalho na produção artesanal de farinha em mulheres de uma comunidade ribeirinha do Amazonas**, 2016. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/5261>. Acesso em: 01 abr. 2021.

SOLAR, Orielle; IRWIN, Alec. **A conceptual framework for action on the social determinants of health**. WHO Document Production Services, 2010.

SOLDERA, Lucas Martins. Breve compêndio conceitual e metodológico da Psicodinâmica do Trabalho e da Psicossociologia. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 19, n. 2, p. 243-253, 2016.

STARFIELD, Barbara. **Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO, 2002.

TEIXEIRA, Natália Andrade. O trabalho das mulheres da comunidade Santa Luzia em Caapiranga/AM, 2015. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/4732?locale=es>. Acesso em: 01 abr. 2021.

TOLEDO, Clara. **Ocupação irregular é o principal vetor de desmatamento dentro da RDS do Rio Negro.** ((o))eco. Amazonas, mai. 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/ocupacao-irregular-e-o-principal-vetor-de-desmatamento-dentro-da-rds-rio-negro/>. Acesso em: 08 dez. 2022.

TUAN, YI-FU. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

VAN DER SCHAAF, Alie. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, p. 412-442, 2003.

VASCONCELOS, Ana Cláudia Leal. Inteligência Prática. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho.** Curitiba: Juruá Editora, 2013. p. 351-355.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 – Campus Universitário
– Bloco X Setor Sul. Fone/Fax (092) 3305 4127

APÊNDICE A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O(A) Sr(a). está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa **“Subjetividade, trabalho e saúde de mulheres ribeirinhas na Amazônia”**, sob responsabilidade da pesquisadora Letícia Souza Reis, que tem como objetivo compreender aspectos subjetivos relacionados ao trabalho e à saúde de mulheres ribeirinhas que participam da agricultura familiar na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na localidade do Lago do Acajatuba, no município de Iranduba – AM. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem como base as normas da Resolução nº 466/2012 e Resolução nº 510/2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde, que visam assegurar seus direitos. O termo é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pela pesquisadora e pelo(a) participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com o(a) Sr(a). e outra com a pesquisadora. O(A) Sr(a). está sendo convidado(a) porque é o público-alvo da pesquisa e se enquadra nos critérios de inclusão.

Cabe ressaltar que a sua participação é voluntária e se dará por meio de encontros e entrevistas grupais e individuais. Não existirão despesas ou compensações pessoais ou financeiras relacionadas a sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, será de responsabilidade da pesquisadora. Os encontros ocorrerão em datas previamente estabelecidas de acordo com a disponibilidade das participantes, em espaço reservado (para os encontros) e no local de trabalho (para realização das entrevistas). Estes encontros serão gravados em áudio para serem transcritos de forma integral. A transcrição facilitará na análise de dados que será realizada posteriormente pela pesquisadora. Segundo a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, sendo assim, os comentários verbais sobre os conteúdos que serão abordados e as interpretações individuais/coletivas podem trazer prejuízos à dimensão psicológica (constrangimento; desconforto; medo; vergonha; estresse; alteração na autoestima, da visão de mundo, de relacionamentos e comportamentos; e cansaço) e física (risco de contágio em virtude da pandemia de COVID-19).

No caso de dano psicológico, a participante poderá ser atendida pela própria pesquisadora que, enquanto psicóloga e integrante do LAPSIC (Laboratório de Psicologia, Trabalho e Saúde), suspenderá a entrevista para prestar suporte psicológico inicial a(o) participante, que poderá ser encaminhado(a) posteriormente para atendimento integral no Centro de Serviços de Psicologia Aplicada da universidade (CSPA-UFAM). Quanto ao risco físico, para evitar a propagação da COVID-19, a pesquisadora seguirá todos os protocolos e orientações de prevenção estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde, e disponibilizará Equipamento de Proteção Individual às participantes da pesquisa (máscara e álcool 70%).

Cumprido esclarecer que a pesquisa, através da instituição que a acolhe, garantirá reparação a dano imediato ou tardio que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano. Jamais será exigida de V.Sa. sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Caso os mesmos ocorram,

serão valorados em conjunto com a instituição proponente, haja vista que não há definição da gradação do risco de dano (mínimo, baixo, moderado ou elevado). Como benefícios, a pesquisa poderá propiciar a elaboração de questões relacionadas à saúde e ao trabalho, buscando novas significações e possibilitando ações transformadoras que melhorem as condições de saúde e trabalho das mulheres ribeirinhas que trabalham na agricultura familiar. Por tal razão, você estará contribuindo para compreensão das vivências de saúde e trabalho através da fala e da escuta. Além disso, pode contribuir para que ações de promoção de saúde sejam desenvolvidas para a comunidade.

Se depois de consentir com sua participação o(a) Sr(a). desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação ou dúvidas em relação ao estudo, o(a) Sr(a). poderá entrar em contato com a orientadora da pesquisa, professora Dr^a Socorro de Fátima Moraes Nina, no endereço: Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos 3000 Campus Universitário - Setor Sul, Bloco X, pelo telefone (92) 3305-4127, e a mestranda Letícia Souza Reis, no endereço institucional: Rua General Rodrigo Otávio, nº 300, Coroado I, UFAM, LAPSIC (Laboratório de Psicologia, Trabalho e Saúde), e-mail: reisls@hotmail.com.

Se houver dúvidas sobre os direitos dos participantes, pode entrar em contato Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep.ufam@gmail.com O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, CPF: _____, fui informado(a) sobre o que a pesquisadora pretende fazer, o porquê precisa da minha colaboração e entendi a explicação sobre o estudo. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um(a) de nós.

Data: ____ de _____ de 20 ____

Assinatura do(a) participante

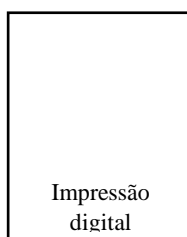


Assinatura da pesquisadora responsável

Autorização de uso de imagem e dados digitais

Eu, _____, CPF: _____, também autorizo de forma gratuita e sem qualquer ônus o(a) pesquisador(a) responsável a utilização de imagem e dados digitais, em meios acadêmicos e pedagógicos de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), e nos meios de comunicação interna (jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem), observados os dispostos na Lei nº 9.610/98 de 19 de Fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. A presente autorização e cessão são outorgadas em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas por livre e espontânea vontade.

Assinatura do(a) participante

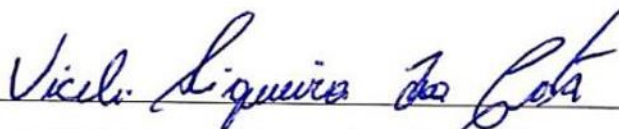


APÊNDICE B- Termos de Anuência

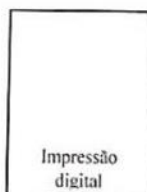
Termo de Anuência

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "Subjetividade, trabalho e saúde de mulheres ribeirinhas na Amazônia", sob a coordenação e responsabilidade do(a) pesquisador(a) Letícia Souza Reis, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI-UFAM), orientada pela Profª. Drª. Socorro de Fátima Moraes Nina e coorientada pela Profª Drª Ana Cláudia Leal Vasconcelos. Foi esclarecido que a pesquisa tem como objetivo geral compreender aspectos da subjetividade relacionados ao trabalho e à saúde de mulheres ribeirinhas que participam da agricultura familiar na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no Lago do Acajatuba, município de Iranduba – AM. Sendo assim, assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, no período de 16 / 12 / 22 a 01 / 03 / 22, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Manaus, 07 de março de 2022.



Presidente da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro





Letícia Souza Reis
Psicóloga e Pesquisadora
Laboratório de Psicologia, Trabalho e Saúde (LAPSIC-UFAM)
Contato: _____ ou reisls@hotmail.com

Termo de Anuência

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "Subjetividade, trabalho e saúde de mulheres ribeirinhas na Amazônia", sob a coordenação e responsabilidade do(a) pesquisador(a) Leticia Souza Reis, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI-UFAM), orientada pela Prof. Dr. Socorro de Fátima Moraes Nina e coorientada pela Prof. Dr. Ana Cláudia Leal Vasconcelos. Foi esclarecido que a pesquisa tem como objetivo geral compreender aspectos da subjetividade relacionados ao trabalho e à saúde de mulheres ribeirinhas que participam da agricultura familiar na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no Lago do Acajatuba, município de Iranduba – AM. Sendo assim, assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, no período de 19 / 10 / 21 a 01 / 03 / 23, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Manaus, 19 de Outubro de 2021.

Guizia Alves Barbosa

Diretora da Unidade Básica de Saúde (UBS) Acajatuba



Leticia Souza Reis

Leticia Souza Reis
Psicóloga e Pesquisadora
Laboratório de Psicologia, Trabalho e Saúde (LAPSIC-UFAM)
Contato: ou reisls@hotmail.com

APÊNDICE C- Roteiro de entrevista semiestruturado

a. Identificação:

Nome/codinome: _____; Idade: _____; Estado Civil: _____; Ocupação: _____; Tempo no trabalho: _____.

Onde nasceu? Tem filhos? Quantos? Quanto ganha (dia/mês)? Há quanto tempo mora na localidade? Com que idade se casou (se for casada)? Com que idade teve seu primeiro filho (se tiver filho)? Concluiu os estudos? Se não, parou de estudar em que série? Por qual motivo parou?

b. Processo saúde-doença

Para você, o que significa ter saúde? O que faz quando está doente? Sente algum tipo de desconforto quando está trabalhando? Se sim, quais?

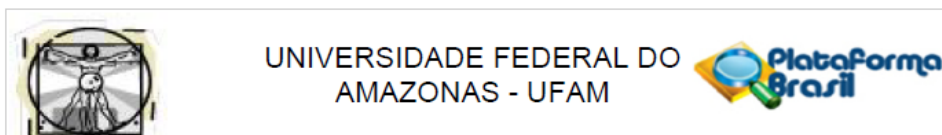
c. Significado do trabalho

O que significa trabalhar pra você? Acha que existe uma divisão entre o trabalho de homens e mulheres? Você se sente reconhecida em relação ao trabalho na agricultura familiar? Acha que seu trabalho é importante? Acha que o trabalho das mulheres agricultoras é valorizado? O que você identifica como risco no seu trabalho? Já sofreu algum acidente enquanto trabalhava? Existem dificuldades para realizar o seu trabalho? Como você lida com a situação?

d. Relação com o ambiente

Como você se sente em relação ao lugar onde vive?

ANEXO A- Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SUBJETIVIDADE, TRABALHO E SAÚDE DE MULHERES RIBEIRINHAS NA

Pesquisador: Letícia Souza Reis

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 54107921.0.0000.5020

Instituição Proponente: Faculdade de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

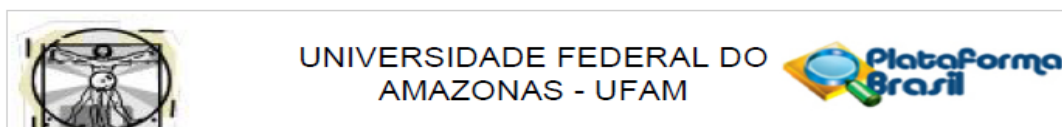
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.170.812

Situação do Parecer:

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
UF: AM Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181 E-mail: cep.ufam@gmail.com

Página 04 de 05



Continuação do Parecer: 5.170.812

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 16 de Dezembro de 2021

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))